

**ANA CRISTINA SANTOS DUARTE**

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE SÃO PEDRO: UMA  
ALTERNATIVA PARA A POPULAÇÃO  
NO ATUAL CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO**

**Trabalho realizado ao Curso de  
Pós-Graduação em Geografia da  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul para obtenção do  
grau de Mestre em Geografia.**

**PORTO ALEGRE**

**2000**

**ANA CRISTINA SANTOS DUARTE**

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE SÃO PEDRO: UMA  
ALTERNATIVA PARA A POPULAÇÃO  
NO ATUAL CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO**

**Trabalho realizado ao curso de  
Pós-Graduação em Geografia da  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul para obtenção do  
grau de Mestre em Geografia,  
sob orientação do Prof. Dr.Nelson  
Rego.**

**PORTO ALEGRE**

**2000**

**Dedico este trabalho ao meu filho  
Jonas, aos meus pais e irmãos.  
Pessoas mais importantes para mim,  
as quais sempre estiveram comigo e  
me dão forças para ir em frente.**

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer as pessoas que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste trabalho, o que eu considero muito importante, já que o carinho e atenção que recebi, muitas vezes, foi o que me motivou a chegar até aqui. Em especial:

- Ao Prof. Dr. Nelson Rego, por sua orientação e por sua dedicação pelo mestrado.
- Ao Prof. Dr. Luis Fernando Fontoura, que muitas horas dedicou com sua ajuda e incentivo nas horas de insegurança. O que resultou no amadurecimento da nossa amizade, admiro muito a sua forma de encarar a vida.
- As grandes amigas, que me hospedaram com muito carinho aqui em Porto Alegre, Flávia Farina e Adriana Trinidad. São pessoas que foram fundamentais para mim durante o curso. *Gurias: obrigada por tudo que vocês fizeram por mim, valeu muito poder estar do lado de vocês, pois é muito difícil encontrar amigos, e vocês foram mais do que isso. Valeu...*
- A amiga Adriana Quadros, por ter, muitas vezes, *me emprestado o ouvido*, e por acompanhar este momento tão importante. Valeu as horas de conversas e distração passadas durante este período. *Adri: acredito muito no teu potencial, e te considero uma grande amiga, valeu as horas de Lira, espero que dure por muitos anos!!!*
- A FAPERGS, pelo apoio financeiro recebido, na forma de Bolsa de Mestrado.
- Aos professores do curso que contribuíram para a ampliação do meu conhecimento.
- Aos colegas que souberam se relacionar de uma forma sincera, sem competição.
- A Noeli, por toda a ajuda recebida neste período.
- Ao João Marcelo, pela dedicação de pai e por me dar a tranquilidade de saber que ao seu lado o meu filho vai estar sempre bem, e por todo o apoio recebido.
- A Elias e Janice Absy, por todo o apoio e por terem acreditado em mim.

**SUMÁRIO:**

1. Introdução.....	06
2. O Parque Residencial São Pedro.....	04
3. Uma Proposta Local de Desenvolvimento.....	14
4. O estudo dos Movimentos Sociais e sua importância nos anos 90.....	23
4.1. Especificidades e movimentos sociais na América Latina.....	31
4.2. As duas grandes vertentes que influenciaram no paradigma latino-americano.....	35
4.2.1. A Teoria Marxista Estruturalista de Castells.....	35
4.2.2. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais.....	39
5. A Questão da Renda no Sistema Urbano.....	46
6. A Questão do Valor no Sistema Urbano como um limite à qualidade de vida ou alocação de recursos.....	61
7. O Parque São Pedro e a Associação de Moradores.....	67
7.1. As questões infra-estruturais e as percepções dos moradores...67	
7.2. Retomando conceitos face ao observado.....	78
8. Considerações finais.....	88

## 1.INTRODUÇÃO:

O interesse da pesquisa visa entender o modo como a sociedade civil, no contexto urbano, vem se organizando na atual fase do processo de globalização, no sentido de satisfazer suas necessidades elementares, já que na maioria das vezes as políticas impostas não atendem essas necessidades, privilegiando os interesses econômicos em detrimento dos sociais.

É necessário, assim, nos voltarmos para estas problemáticas locais a fim de entendê-las e tentar encontrar soluções para amenizar os problemas encontrados neste âmbito.

Nossa pesquisa tem por objetivo verificar os modos de atuação e os resultados alcançados pela Associação de Moradores do Parque São Pedro, localizado na cidade do Rio Grande-RS, em suas relações com a comunidade dos moradores, com o poder público e o capital imobiliário, na busca de melhores condições de vida para essa população, residente de uma periferia urbana.

A problemática imposta hoje é a perda de autonomia da sociedade local, em nome de interesses de uma economia global, que não inclui em suas metas a melhoria da qualidade de vida urbana.

Está dentro de nossos objetivos verificar a importância da organização local para que parcelas populares excluídas exerçam seus direitos de cidadãos.

Procuramos ao longo da pesquisa identificar alguns problemas encontrados que dificultam a organização local, e como estes podem ser resolvidos por parte dessa população.

Tentamos identificar, também, alguns momentos que originam os conflitos surgidos no território, e quais seriam os responsáveis por tais situações, mostrando em uma situação concreta como esses processos se dão na realidade.

O loteamento Parque Residencial São Pedro, está localizado na periferia da cidade do Rio Grande, teve o início de sua construção no ano de 1982, a área destinada ao loteamento compreenderia um total de 105 ha, o que é equivalente a

1929 terrenos, ao longo da RS 734 que liga a cidade do Rio Grande à Praia do Cassino.

Nosso objetivo principal é estudar a viabilidade de uma proposta local de auto-organização para que estas parcelas populacionais passem a ter acesso a uma qualidade de vida melhor.

Primeiramente fizemos um estudo teórico baseado nos seguintes autores: José Luis Coraggio, Milton Santos, Antônio Prates Junqueira e Paul Singer. Esses autores defendem propostas de organização local como uma possibilidade de trabalhar a sociedade civil onde, através da solidariedade e de uma articulação em nível de seus território, mantenham-se inseridas na economia, hoje globalizada, aumentando seu poder de força política diante do Estado.

No decorrer do trabalho elaboramos um estudo dos movimentos sociais, procuramos abordar categorias consideradas importantes para a nossa realidade, encontradas nestas teorias. Foram identificados alguns conceitos que podem viabilizar esta proposta de trabalho coletivo.

Uma das causas desta problemática, a carência de equipamentos coletivos na periferia, vem da forma como está distribuída a renda no sistema urbano, concentrando nos centros urbanos a maioria dos serviços que necessitam a população. Por esse motivo, trabalhamos a questão da distribuição da renda com o objetivo de melhor distribuí-la no espaço da cidade.

Nessa parte do trabalho, trabalhamos com o autor David Harvey, já que este tem um importante trabalho sobre uma distribuição mais igualitária da renda, na forma de recursos e infra-estrutura, com uma visão de justiça social privilegiando as parcelas populacionais de menor poder aquisitivo. Procuramos conhecer a postura destes moradores frente a distribuição de recursos urbanos.

O sistema urbano é formado pela atuação conjunta de atores, cada um com um interesse, procuramos identificá-los, para entender os conflitos gerados no território.

Estes atores foram identificados no trabalho prático, onde obtivemos um maior conhecimento das características da nossa área de estudo. Nesse trabalho

prático fizemos entrevistas com os atores responsáveis pela produção destes espaços periféricos.

Foram questionados a respeito da infra-estrutura existente no bairro, de como foi adquirida, e que atitudes são tomadas pelos moradores diante dos seus problemas mais sérios.

A importância da organização local, hoje, se deve a falta de investimento nestas áreas da cidade, onde se concentram problemas sociais e se reproduzem grandes parcelas populacionais em condições muitas vezes ameaçadoras da qualidade de vida urbana.

Trabalhamos a organização da população local para que essa adquira, junto ao Estado, um maior poder de participação nas decisões políticas.



## 2. O PARQUE RESIDENCIAL SÃO PEDRO:

O loteamento Parque Residencial São Pedro está localizado no município de Rio Grande, esse possui uma área de 3.338 km<sup>2</sup> e situa-se na planície costeira do Rio Grande do sul, junto à margem continental sul do Brasil. (MAPA 1)

O sítio urbano está assentado sobre um pontal. Uma ramificação a sudoeste do pontal está caracterizada por habitações de baixo padrão; uma ramificação ao sul, ao longo da rodovia Rio Grande/Cassino, caracterizada, até o entroncamento com a Rio Grande/Pelotas, por terrenos de grandes dimensões, mais valorizados, de ocupação mais lenta. Deste entroncamento até o balneário, por uma sucessão de pequenos loteamentos intercalados com propriedades rurais.

O Parque Residencial São Pedro está localizado nessa sucessão de loteamentos, às margens da Rs-734, que liga a cidade do Rio Grande ao balneário Cassino. ( MAPA 2)

O crescimento da cidade é caracterizado por um período industrial, marcado pelos anos de 1920 até 1950. Nesta fase são criadas áreas habitacionais importantes destinadas à moradia econômica, caracterizando a clientela deste período. Muitas pessoas foram atraídas devido a oferta de mão de obra.

No período de 1950 houve uma estagnação no crescimento industrial, vindo a voltar seu crescimento na década de 70, pelas grandes obras de implantação do superporto e Distrito Industrial, e de infra-estrutura de suporte, como, também, pelo surgimento de uma área institucional importante que é a fundação Universidade do Rio Grande, ao lado do aeroporto local.

Na década de 80, são lançados novos loteamentos, nas áreas próximas as rodovias Rio Grande/Pelotas e Rio Grande/Cassino. O Parque Residencial São Pedro, sendo um dos primeiros, caracterizado como conjunto habitacional com características populares.

A área superficial do Parque tem um total de 105 ha, com cerca de 1934 lotes, com destinação prioritária residencial.

O projeto de criação do Parque Residencial São Pedro originou-se no ano de 1978 pela Katerra- Incorporação, Administração e Comércio Ltda.

O terreno foi comprado pela incorporadora da família Zogbi, residentes em Rio Grande e Pelotas. Segundo Silvério Signori, proprietário da incorporadora, a escolha do local se deu devido a localização longe do centro de Rio Grande, caracterizado pelo alto índice de poluição nesta época, e também por situar-se em uma via de acesso à cidade e à praia, facilitando estes deslocamentos aos moradores.

No início da década de 80 a área escolhida para localização era considerada uma zona rural da cidade, com existência de pequenas chácaras nas suas proximidades.

A construção do Parque se deu no ano de 1982. Para aprovação de seu projeto foi necessário que a empresa responsável levasse seu projeto para fiscalização por parte dos seguintes órgãos: a Prefeitura Municipal de Rio Grande, Secretaria de Coordenação e Planejamento, e Cartório de Registro de Imóveis.

No Cartório de Registro de Imóveis é onde se faz, segundo as exigências legais, a doação de 35% da área do loteamento para órgãos públicos. Esses são destinados a construção de praças, escolas, posto médico, etc. Neste local é onde se faz, também a distribuição das ruas.

A Prefeitura da cidade, faz algumas exigências legais para ocupação de uma área rural, fazendo com que esta possa ser incluída no perímetro urbano, tais como o abastecimento do local dos seguintes equipamentos urbanos água, luz, meio-fio, telefone, transporte, coleta de lixo e escola.

As primeiras construções no local se deram mediante a venda de terrenos, através de financiamento da Caixa Econômica Federal. Este loteamento foi destinado uma população de renda baixa, assim o financiamento possibilitaria a compra por parte dessas.

Posteriormente, aproximadamente dois anos, a incorporadora Katerra vendeu parte de seus lotes para outra incorporadora, Costa Verde. Essa iniciou, então, sua atuação no Parque caracterizada pela venda de casas padronizadas, vendidas através de financiamentos.

A infra-estrutura dos terrenos, de acordo com o depoimento dos agentes incorporadores, seria implantada conforme os terrenos fossem vendidos. Percebemos na prática a dificuldade da implantação dessa para alguns moradores. Alguns terrenos vendidos já dispunham de uma infra-estrutura básica, mas grande parte das pessoas entrevistadas revelaram a dificuldade enfrentada até conseguirem fazer com que a incorporadora colocasse água, luz e calçamento em seus terrenos. ( FOTO 1)

O Parque São Pedro apresenta, hoje, aproximadamente 1800 casas.

A paisagem do Parque revela diversidade da população, quanto ao seu poder aquisitivo, observamos no local a existência de casas de alvenaria, contrastando com casas de latas e de madeira, em condições precárias para a habitação. (FOTOS 2 e 3)

Os moradores, tanto antigos como os novos, vieram de outras localidades da cidade, a maioria concentrava-se no centro, alguns em outros bairros. A possibilidade do financiamento para aquisição da casa própria foi o motivo determinante que os motivou a deslocarem-se para a periferia.

Segundo o depoimento de moradores, eles gostam do lugar, mas sentem-se à margem das atividades oferecidas no centro, acham que o fato de estarem localizados na periferia os deixam sem alternativas quanto aos equipamentos de consumo coletivos básicos de que necessitam.

No Parque São Pedro funciona uma Associação de Moradores de Bairro: *Associação Amigos do Parque Residencial São Pedro Centro Comunitário Fernando Corrêa Duarte*, essa foi fundada em 04/06/1984 e adquiriu sede própria em 01/01/1992.

Desde a fundação até aquisição da sua sede, as atividades desenvolvidas pela associação eram feitas em casas alugadas e também na igreja. Com a doação do terreno por parte da prefeitura, os associados construíram o prédio com recursos e mão-de-obra próprios.

Não foi possível encontrarmos o primeiro presidente dessa Associação, pois não reside mais no local, falamos com o atual e segundo presidente. Segundo esse, a Associação tem por objetivo atender as necessidades em

comum da população, e dar assistência médica para as pessoas associadas e, para as crianças, tanto faz associadas ou não, todas teriam o direito a consulta. Além desses objetivos, desenvolver atividades para o lazer, bingos e bailes.

Na época da criação da Associação o atual presidente ainda não residia no local, passou a morar no Parque no ano de 1982, nesta época ainda não existia o prédio onde ela funciona.

A participação nesta Associação é muito baixa, a opinião dos moradores para justificar esta pouca participação difere, dependendo se a pessoas são ou não associadas.

Os associados, na grande maioria, são os moradores mais antigos. Os mais novos acabam não se interessando em participar. Isso decorre, segundo eles, devido à preferência, por parte dos dirigentes, de atender os mais antigos.

O sistema de auto-construção é comum no bairro, portanto as casas diferem muito, conforme as condições de cada morador. É possível destacar na paisagem do Parque três momentos diferentes da sua produção, tornando a paisagem diversificada, cada um representa uma época diferente da construção do bairro. O primeiro momento é marcado pelas casas auto-construídas, o segundo por casas padronizadas, vendidas mediante financiamento de casas prontas, essas encontram-se bastante modificadas, os moradores foram ampliando-as e construindo outras peças nos fundos dos terrenos. O terceiro momento revela novamente casas auto-construídas.

A criação do Parque nesta área periférica da cidade trouxe a valorização de áreas próximas, pois foram levadas uma série de infra-estrutura, como linha de ônibus, iluminação, estabelecimentos comerciais, também o fato de vir a ser considerada área urbana da cidade.

Mesmo considerada área urbana encontramos casas com características rurais (FOTO 4 ). O morador cria galinhas e vacas em seu quintal, caracterizando a vida rural.

Quanto à infra-estrutura, o Parque São Pedro dispõe de escola municipal de primeiro grau completo, posto médico, praça, coleta de lixo, iluminação e outros serviços como, por exemplo, armazéns, vídeo locadoras e ferragem.

A escola do bairro não possui vagas o suficiente para as crianças, fazendo com que as pessoas recorram a escolas do Cassino e Rio Grande, mantendo deslocamentos diários e, assim, necessitando de maior disponibilidade de tempo e dinheiro para garantir a educação de seus filhos.

O posto médico funciona na Associação de Moradores, com serviço de enfermagem sob responsabilidade da Prefeitura Municipal. Esse deveria funcionar diariamente, servindo toda a comunidade.

Nesse posto também é oferecido serviço médico pago com a mensalidade dos participantes. Têm direito ao serviço somente os adultos associados e as crianças, tanto faz associadas ou não, que podem ser atendidas uma vez por semana, a frequência que o médico atende no bairro.

Entre os maiores problemas enfrentados pelos moradores está a ausência de esgoto, as precárias condições do calçamento onde ele existe, e a ausência desse em muitas ruas do bairro, principalmente às localizadas na periferia do local. O calçamento é precário, fazendo com que nos dias de chuvas as encruzilhadas se tornem verdadeiros "lagos", impedindo a passagem de pedestres.

Outro problema constatado foi a falta de policiamento nas ruas, a falta de uma farmácia também preocupa muitos moradores, pois quando necessitam de algum medicamento de maior urgência a solução é o deslocamento até o centro.

Moradores mais antigos relatam que o Parque, no ano em que houve o financiamento, não dispunha de quase nenhuma infra-estrutura. Sua paisagem era diferente, as próprias pessoas foram plantando árvores, arrumando os canteiros, e construindo muros para separar casas vizinhas. Pois as casas financiadas não os tinham e ficavam uma ao lado da outra.

O desenvolvimento industrial de Rio Grande, marcado por períodos de ascensão e decadência, favorece a marginalização social, pois atraiu um fluxo imigratório muito grande, mão de obra temporária, que mais tarde tornou-se marginalizada. Vindo a concentrar-se nestas zonas periféricas da cidade.

### 3. UMA PROPOSTA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO:

Alguns autores defendem uma proposta local como alternativa às conseqüências da globalização da economia à sociedade local, principalmente de renda baixa, situada às margens das pequenas e grandes cidades, ou seja, os setores populares excluídos.

José Luis Coraggio relata a perceptível situação de pobreza em que se encontra, hoje, grande parte da sociedade civil. Esta se vê ameaçada diante da gestão do Estado em favor da economia globalizada, deixando de lado a preocupação com a qualidade de vida urbana.

Esta fase de transição que estamos passando, segundo o autor, exige um novo comportamento por parte da sociedade, já que o Estado está deixando de cumprir seu papel no sentido de voltar recursos em favor da qualidade de vida urbana.

A população se vê ameaçada e, ao mesmo tempo, compartilha em seu cotidiano de necessidades em comum e, talvez criando laços de solidariedade, que são a base dos movimentos sociais em busca de melhorias.

A questão colocada pelo autor é a seguinte: qual o futuro das economias urbanas no processo de globalização, e que alternativas podem ser pensadas dentro deste contexto? Surge a necessidade de adotar uma visão prospectiva da economia popular urbana, como perspectiva que dê novo sentido à cidade.

A economia popular discutida pelo autor seria formada pelas unidades domésticas de trabalhadores e suas variadas formas organizacionais- unipessoais, familiares, comunitárias, cooperativas- cujo sentido está dado com o objetivo de conseguir a reprodução intergeracional da vida de seus membros- biológica e cultural- em condições sempre melhores. Confiando na auto-iniciativa das comunidades, associada com a gestão dos governos locais, gerará formas alternativas de satisfação de algumas de suas necessidades básicas.

Coraggio defende a proposta de desenvolvimento humano, onde o principal é a reprodução ampliada do capital humano e não a acumulação do capital

monetário, seu desenvolvimento irá depender da mudança da qualidade deste capital.

O capital humano não é visto como recurso externo, que se pode explorar, subordinando-o a uma lógica de acumulação, senão como acervo inseparável da pessoa, da unidade doméstica e, por extensão, da comunidade, cujo desenvolvimento inclui imediatamente a melhoria na qualidade de vida de seus membros.

Para a concepção de 'capital humano', a principal política de inversão é na educação- formal, informal ou não formal, orientada à expansão sistemática das capacidades, destrezas e habilidades de seus portadores, assim como a criação de um meio estimulante para a aprendizagem, institucionalizando um aprendizado prático sistemático e acumulativo. Mas para ser eficiente deve ser uma educação que incorpore no capital humano uma dinâmica de autodesenvolvimento, convertendo-o em um capital que se expande qualitativamente sem requerer contínuas inversões externas(CORAGGIO, 1997, p.240).

Nesta concepção, o capital humano é uma categoria social, constituindo o mobilizador econômico de indivíduos e grupos articulados e orientados para reprodução ampliada de suas vidas.

Pensamos em uma organização social, semelhante àquela trabalhada nesta pesquisa, ser um meio de educação informal no momento em que se tem por objetivo a conscientização de uma parcela populacional de modo a mostrar a importância a ser resgatada da coletividade e de sua mobilização. Desta maneira, estariam aumentando o poder de decisão e participação junto ao Estado.

Na medida em que as ações vão tendo resultados concretos, os envolvidos neste processo de mudança ganhariam mais força para um trabalho contínuo e, aumentariam o número de cidadãos interessados, resultando em um processo de desalienação da sociedade civil excluída.

Milton Santos critica o processo de globalização, ao dizer que este tem papel determinante na produção da irracionalidade e no uso irracional da máquina urbana. Os planos de ajuste econômico respondem à demanda de racionalidade, agravando os espaços da irracionalidade ou dos excluídos.

O poder público aceita uma ordem de prioridades privilegiando alguns poucos atores, os hegemônicos, deixando em segundo plano a grande maioria; empresas menores, instituições menos estruturadas, pessoas, agravando a problemática social.

A produção limitada da racionalidade está associada à produção ampla da escassez, conduzindo os atores excluídos do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sobrevivência. A racionalidade cega, então, produz seus próprios limites.

Na atualidade, se coloca de fundamental importância o estudo do lugar e sua força e a busca de novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano.

Dentro da visão de Santos a mudança pode ser realizada através da consideração das inter-relações humanas dadas no território.

A própria condição de exclusão conseqüente da globalização, produzindo espaços de grande densidade social, permite a fermentação dos homens em um mesmo espaço fechado, a acumulação que provoca uma mudança surpreendente, movida pela afetividade e pela paixão e, levando à percepção global, um resgate da consciência.

São ampliadas tanto as necessidades e as formas da divisão do trabalho como as possibilidades e as vias de intersubjetividade e da interação. Os pobres adquirem força em uma esfera comunicacional, diferentemente das classes superiores, eles são ativos neste sentido, já que diante das redes técnicas e



informativos eles são passivos. Significa, para estas camadas populares excluídas, a busca da satisfação de carências de todo o tipo de consumo material e imaterial e, também, carência de poder de decisão, de participação e de cidadania.

Estas possibilidades, segundo Milton Santos, são oferecidas pelo mundo e percebidas no lugar. A residência, o lugar do trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem.

É demais visível o conflito pelo uso dos recursos públicos destinados a infra-estruturas. A corporatização do território, com destinação prioritária de recursos para atender as necessidades geográficas das grandes empresas atinge toda a sociedade pois, desse modo, a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e políticos.

Cabe, então, às comunidades locais organizarem-se com a finalidade de trabalharem no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e Sociedade Civil (campo de organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho). Para que esta, através desses tipos de mobilizações sociais, construa canais de acesso a meios de consumo básicos para uma melhor qualidade de vida.

As organizações de comunidades locais trazem consigo especificidades dependendo das situações estruturais e conjunturais onde se organizam.

Luciano Antônio Prates Junqueira é um autor que defende uma proposta no âmbito do município, pois é neste local onde a população tem acesso aos serviços e onde se manifestam, viabilizando a articulação das políticas sociais, para dar maior eficácia a sua gestão.

Junqueira parte da noção de descentralização, intersetorialidade e de rede para focar a gestão das políticas públicas como uma das possibilidades de otimizar os recursos municipais para melhoria da qualidade de vida dos municípios.

O processo de descentralização, citado pelo autor, resgata a idéia de cidadania, de participação da sociedade civil, hoje excluída. O Estado transfere o poder de gestão a organizações de representação de interesses sociais e políticos sem, com isso, deixar de atuar como regulador.

A intersectorialidade (ação integrada das políticas sociais) visa o desenvolvimento social através de uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços.

Trata-se de uma mudança no território tratando os cidadãos e seus problemas de maneira integrada; para isso é necessário um novo fazer envolvendo mudanças de valores, de cultura, como fenômeno ativo, através do qual, as pessoas criam e recriam os mundos dentro dos quais vivem.

Esta proposta de mudança deve ser criada no interior de organizações de gestão das políticas da cidade na sua totalidade. Isso exige que os diversos atores, parte de uma rede, se interpenetrem, formando um novo tecido.

É, também, um processo que expressa a necessidade de se estabelecer o contrato social entre o Estado e a sociedade civil, o processo de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos das organizações, permitindo, aos diversos segmentos da sociedade, o poder de decisão sobre as políticas sociais.

Para governar para o conjunto da sociedade é necessário identificar as formas de organização, os interesses sociais e políticos que articulam e os diversos modos pelos quais se expressam(Coraggio,1991,p.68).

Os movimentos sociais são formas de organização da sociedade e, através destes, são expressados seus interesses sociais e políticos, por isso são vistos como alternativas para os excluídos tentarem satisfazer algumas de suas necessidades básicas.

A proposta de Junqueira se refere à base populacional e geográfica, permitindo a identificação, de fato, dos problemas e as possibilidades de sua solução para atingir uma vida com qualidade. Considera o cidadão na sua totalidade.

É necessário um novo fazer que envolva mudança de valores, de cultura como um fenômeno ativo, vivo, através do qual as pessoas criam e recriam o mundo dentro dos quais vivem(Morgan, 1996,p.135).

Estas novas formas de fazer podem ser concretizadas através de trabalhos junto à associações de moradores de bairro, no sentido de levar até elas a visão participativa, tornando-as pessoas conscientes e ativas, na realidade atual.

A dimensão intersetorial das políticas sociais é complementada pela noção de rede, como interação de pessoas, instituições, famílias, municípios, estados, mobilizados em função de uma idéia abraçada coletivamente. A rede é construção social e, depende da sensibilização dos diversos atores sociais em busca de um objetivo comum que melhor se viabiliza através da parceria.

A percepção conjunta dos problemas comuns e da possibilidade de resolvê-los, não apenas no âmbito do município mas através de sua articulação entre outros atores sociais envolvidos , geraria a noção de rede. Favorecendo a mudança social e a necessidade de reconstruir a sociedade civil no sentido de assumir seu papel como sujeito. A rede faria com que a sociedade civil pudesse intervir no sistema social, na realidade social complexa.

No caso estudado, a rede se articularia através desta comunidade local junto a outras, cada uma preservando suas especificidades, de fundamental importância, e também estariam articuladas ao Estado e à outras instituições que participam do processo de construção deste espaço, como é o caso da iniciativa privada, neste momento representada por agentes incorporadores.

A rede pode ser interpretada como a construção de um espaço de organização dos sujeitos. Ela é uma construção coletiva definida na medida em que é realizada, objetivando entender a complexidade da realidade social e, por meio da integração das políticas sociais tentar alcançar soluções que respondam além de suas necessidades e levem à conquista de seus direitos como cidadãos.

No tocante a geração de empregos, Paul Singer refere-se à proposta de economia solidária como alternativa a esta etapa do capitalismo, em que a exclusão social aumenta em função da concentração do emprego público, contração do emprego nas empresas capitalistas e crescimento menor da demanda pela produção autônoma do que seria necessário para integrar nesta os expulsos do setor estatal e capitalista. Singer propõe uma nova forma de organização econômica, também em nível local.

Diante do fato das novas pequenas empresas atuarem no mercado já saturado, a concorrência avilta os preços tornando muito difícil sua sobrevivência. Diante dessas dificuldades, segundo esse autor, a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organizam para trocar seus produtos entre si, permitindo a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos já estabelecidos.

Singer afirma ser possível e necessário organizar a produção em grande escala sem ser pelo molde do grande capital. O cerne do pensamento do referido autor é assegurar a cada um, mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento e orientação técnica, legal, contábil, etc, através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos. Mas para representar uma redução significativa do desemprego, esta luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político. Será preciso eleger governos municipais, estaduais e nacional priorizando o combate do desemprego através do apoio concreto a todas as formas de economia solidária. Mas, antes será necessário reforçar e multiplicar as iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, viabilizando a proposta de economia solidária e possibilitando atrair apoio das forças opostas à exclusão social.

É evidente a crítica que cada um dos autores faz ao processo de globalização, já que este deixa à margem o interesse em melhorar a qualidade de vida no local. O contexto atual acaba impondo mudanças no âmbito do território. O território é entendido como uma organização do espaço em bases físicas, onde se concretiza uma organização das relações, de modo a constituir-se uma comunidade com identidade singular.

A atual transição das funções do Estado, deixando de atender a sociedade civil em relação a seus meios de consumos básicos, traz mudanças nessas relações que constituem o território. Essas novas relações dadas no espaço teriam como conceitos operacionais, os quais levariam à organização local, ação social, relação social, coletividade. Esses serão trabalhados no decorrer desta pesquisa, procuramos conceituá-los, neste momento, apenas como caráter introdutório.

O conceito de coletividade emerge no momento em que se está trabalhando no âmbito do território, já que este somente é formado através da apropriação do espaço por estas diferentes coletividades, vindo a resultar em porções do território diferenciadas porque cada comunidade é caracterizada por relações e formas organizacionais específicas. O conceito de coletividade surge como variável formadora dos diferentes territórios.

Por ação entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um *sentido* subjetivo. Ação 'social', por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso ( Weber, 1994,p.3).

A ação dentro da proposta desta dissertação, é considerada a base destes movimentos sociais, sem esta o trabalho coletivo não pode ser realizado de fato.

Por relação social entendemos o comportamento reciprocamente *referido* quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na *probabilidade* de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade(Weber, 1994, p. 16).

A relação social pode ser comunitária, quando e na medida em que a atitude na ação social repousa no sentimento dos participantes de pertencer ao mesmo grupo. No caso trabalhado, teríamos relações comunitárias movidas pela ação.

Estas novas relações despertariam nos indivíduos a idéia de cidadania, colocada por todos os autores aqui considerados, a cidadania como processo a ser reconstruído e necessário dentro do atual contexto. Essa cidadania é o aprendizado que levaria à conquista de direitos e, dependeria em uma primeira instância, da consciência de serem excluídos e da vontade de passarem a atuar como atores sociais determinantes do processo social e na construção de seus territórios.

#### **4. O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E IMPORTÂNCIA NOS ANOS 90:**

Os movimentos sociais urbanos foram vistos, no final dos anos 70 e início dos 80, como as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, representando a luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restando outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território.

Falamos em movimentos sociais como forma organizacional de reação. Toda e qualquer organização social num dado território de caráter reivindicativo é representante de interesses e de valores da sociedade civil.

Os movimentos sociais surgem no âmbito local, assim como toda e qualquer organização social, seja ela definida como movimento social ou não. Isto ocorre porque o território é formado a partir das relações sociais em determinado espaço, num dado momento.

O momento agora não é o de enquadrar nossa realidade estudada como pertencente à categoria dos movimentos sociais mas, partirmos da análise de um tipo de ação coletiva, de um determinado grupo, visando o entendimento do comportamento destes atores envolvidos diante de uma realidade global.

Os estudos teóricos a respeito dos movimentos sociais são abordados nas diferentes partes do "globo terrestre". Podemos, neste primeiro momento, nos situar com a idéia de que existem três paradigmas sobre os movimentos sociais, de acordo com os estudos de Maria Gohn (1997):

1. O Paradigma Norte-Americano;
2. O Paradigma Europeu;
3. O Paradigma Latino-Americano.

Como critério de escolha, voltaremos nossos estudos para o paradigma latino-americano. Falar de um paradigma latino-americano sobre os movimentos sociais nos serve mais de colocação estratégica do que real; na produção latino-americana predominam as duas vertentes do paradigma europeu:

1. Na década de 70, a marxista estruturalista de Castells.
2. Nos anos 80, a dos Novos Movimentos Sociais.

Poderíamos pensar que é inadequado nos remetermos a estudos teóricos desenvolvidos em décadas anteriores, onde o contexto histórico vivido se caracterizava muito diferente da atualidade. A importância reside no fato de buscar referências e matrizes teóricas de vários conceitos retomados nos anos 90, a fim de aplicarmos em nossa realidade estudada.

Não existe teoria única para expressar o comportamento da sociedade civil, e sim idéias desenvolvidas que se encaixam ou não dentro do contexto trabalhado, dado organização social como produto do contexto histórico vivido de cada indivíduo. Portanto, voltaremos este estudo para a compreensão de categorias importantes que sejam válidas ao entendimento desta realidade estudada.

Para nos situarmos melhor, vamos deixar claro a existência do consenso em considerar o período de estudo dos movimentos sociais como uma abordagem clássica, aquele que predominou até os anos 60.

Antes de caracterizarmos estas vertentes, as quais tiveram influência na América Latina, e o que trazem de importante para a organização social frente à globalização, faremos um breve apanhado geral dos pensamentos em torno dos movimentos sociais, partindo dos anos 50 até os anos 80, referenciados ao pensamento de Gonh.

As décadas de 50 e 60 foram representadas por períodos caracterizados por estudos dos movimentos sociais elaborados sem dar muito significado aos dos



tipos ações coletivas de grupos específicos, como estudos de caso. Os movimentos visavam a mudança macro-estrutural, evolucionista, uma mudança de modo de produção. Somente aqueles movimentos maiores tinham importância para a análise, deixando de lado os estudos como o trabalhado, por visarem mudanças pouco significativas em nível macro-estrutural.

Os processos sociais eram analisados como processos de mudança global e tomavam como referências básicas as questões do desenvolvimento e dependência pela corrente marxista ou histórico-estrutural.

Os anos 70 trazem novas configurações paradigmáticas, do macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase na sociedade política para a atenção na sociedade civil, das lutas de classe para os movimentos sociais. O estudo estava centrado nas ações de classe, podendo ser defensivas ou contestárias diante da dupla dialética da exploração e da dominação, respectivamente.

Os anos 80 trouxeram um panorama novo na prática e na teoria sobre movimentos sociais populares urbanos. Nesse período, a categoria movimento social foi referência central a grande número de novas reflexões teóricas e de pesquisas e estudos de caso. Ocorre a substituição das análises em termos de processos históricos globais por estudos mais intensivos de grupos específicos organizados.

O ano de 1980 marca algumas mudanças nas análises dos movimentos urbanos. As causas estão na conjuntura sócio-política dos anos 78/79, no surgimento de inúmeros movimentos e formas organizativas populares

Nesse período, o referencial teórico predominante continuava a ser o marxista, caracterizado por uma análise das contradições sociais, embora já se iniciasse um processo de crítica a este esquema. Começa a ser desenvolvido o conceito de identidade.

Surgem, na década de 80, novas lutas como acesso à terra e, por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados, articulação do movimento dos transportes, surgimento de

organizações macro entre as associações de moradores, movimentos de desempregados e movimentos pela saúde.

Podemos dizer que a categoria classe social é substituída por sujeito popular ou ator social, assim como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classes. A luta no interior de uma organização social não é mais a luta de classes distintas, essa visão já se aproxima mais ao nosso estudo de caso. A organização social em que estamos trabalhando trata de um coletivo de pessoas em defesa de interesses comuns, mas que necessariamente não pertencem a mesma classe.

No Parque Residencial São Pedro observou-se a existência de contradições sociais bem significativas, representadas através de casas de alvenaria bem acabadas e casas de madeira muito precárias.

Em lugar de mudanças revolucionárias em níveis macro, começou a se pensar em transformações culturais e políticas significativas dadas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos.

Parece-nos importante, por estarmos falando da categoria movimento social, deixarmos claro a divergência de definições para seus estudiosos.

Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta. A crítica feita em relação a este conceito é a de identificarmos movimento social qualquer conduta coletiva empiricamente observável, sem levar em consideração a centralidade do ator, o alcance de suas lutas, os condicionamentos de sua ação, a consciência, a ideologia, o projeto social e político, que envolvem suas ações, seria um conceito muito vago.

Outros autores limitam o conceito de movimentos sociais apenas a um número muito limitado de ações coletivas de conflito, aquelas que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro. Segundo Touraine<sup>1</sup>, movimentos sociais seriam aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural.

Ao considerarmos movimentos sociais apenas aqueles que poderão trazer algum tipo de mudança no modo de produção, várias ações coletivas o deixariam de ser.

Um movimento social, no nosso modo de pensar, é uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições, referindo-se ao comportamento dos homens na história, ao modo como organizam-se para manter-se inseridos na sociedade.

Os movimentos sociais são dados no espaço, constituindo-se em uma das formas como a sociedade está organizada. Este é produto do contexto histórico vivido, constituindo-se na razão de mudanças das ações da sociedade.

Podemos afirmar a predominância, nos anos 70 e no início dos anos 80, das análises de cunho marxista para os movimentos populares, por influência da corrente franco-espanhola de Castells(1970), Borja(1972), Lojkine(1981), entre outros da época.

Nos anos 80, as análises sobre os novos movimentos sociais são influenciadas por Foucault(1981), Guattari(1985), ou Castoriadis.

A década de 70 e o início da década de 80, representa um período histórico de constituição de novas identidades coletivas. Estas identidades foram construídas em torno de múltiplos significados como carências comuns, defesa comunitária ou cultural.

A inovação do movimento europeu advinha, basicamente, de camadas sociais não caracterizadas por condições de miserabilidade, se organizavam em torno das problemáticas das mulheres, dos estudantes, pela paz, pela qualidade de vida.

O denominador comum das análises dos novos movimentos sociais no Brasil foi a abordagem culturalista, em contraposição à marxista presente com mais força na análise dos movimentos populares.

Lentamente, as análises desses últimos também passam a priorizar a questão da identidade coletiva dos grupos, deixando as questões das contradições urbanas, dos meios coletivos de consumo em plano secundário.

---

<sup>1</sup> Este autor teve grande influência em uma das correntes teóricas importantes para a América Latina, a dos

O dilema criado entre os paradigmas europeu e norte-americano sobre o significado dos novos movimentos sociais, em termos do que expressam- construção de identidades (uma das abordagens do paradigma europeu) ou meras estratégias políticas para obtenção de bens, baseadas em lógicas racionais que consideram custos e benefícios (paradigma norte-americano)- não se colocou para os pesquisadores brasileiros ou da América Latina. Toda a ênfase estava na identidade dos novos atores políticos.

O dilema aqui passou a ser outro: enfatizar mais o aspecto das mudanças sócio-culturais ou as transformações políticas que os movimentos poderiam gerar. Este último aspecto poderia incorporar a questão das estratégias para a ocupação do poder e não estratégias mercadológicas, para se obter recursos econômicos junto aos poderes públicos, referida pela abordagem norte-americana.

No Brasil, as noções de movimento popular ou social passaram a ser comumente utilizadas para denominar as ações coletivas desenvolvidas por organizações populares organizadas e específicas, com alcance limitado de sua ação política, por exemplo, uma associação de moradores.

As organizações proliferadas na década de 70 aos meados da década de 80 tiveram sua relevância política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para novos atores sociais. Questões do cotidiano transformam-se em demandas políticas e em instrumentos de defesa dos direitos de cidadania ou de contestação do autoritarismo.

Nos anos 80, com a abertura política, organizações como associações de bairro mostraram ter alcance político limitado. Alguns atribuíam isto a aparente fragmentação destes grupos de pressão específica, demonstrando dificuldade na formação de alianças para atuar de acordo com as regras do jogo democrático.

A crise dos grupos de reivindicações específicas ou das organizações moleculares poderia dar-se devido também a fragilidade da sociedade civil em face dos aparelhos políticos tradicionalmente instituídos, os sindicatos, os partidos e o próprio governo, num cenário em que a ordem institucional passa a ter maior legitimidade.

Ainda na década de 80 a situação muda, estas organizações da sociedade civil reorientam-se e passam a participar de redes mais fortes de pressão e resistência.

Para compreendermos o significado dos movimentos sociais nos anos 90, é importante entender o sentido das mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento brasileiro neste período, as transformações econômicas do país e as novas ênfases em suas políticas sociais.

A globalização caracteriza uma transformação da sociedade e expressa-se no espaço geográfico. Definida como a mundialização da economia, caracterizada por políticas neoliberais onde o mercado é tornado único e a ordem econômica e social é regida pela lógica do lucro e exploração da mão de obra.

O padrão de desenvolvimento estruturado legitima a exclusão como forma de integração. A exclusão social passa a ser integrante do modelo de gestão da crise.

O reverso deste cenário é a construção de uma economia popular em que, segundo Coraggio (1992), existe a possibilidade de um campo alternativo de desenvolvimento e transformação social, desde que essa ganhe autonomia relativa em sua reprodução material e cultural, capaz de auto-sustentar-se e auto-desenvolver-se.

Podemos caracterizar o sistema atual como um sistema excludente, em poucas décadas modernizou algumas regiões do país, deslocando milhares de trabalhadores pobres e analfabetos do campo para as cidades, transformando-se em mão de obra de reserva. No próprio Parque São Pedro pode-se perceber a presença, mesmo em número pouco significativo, de trabalhadores expulsos do campo em busca de emprego na cidade.

Na atualidade, grande parte do parque industrial necessita de poucos trabalhadores, bem capacitados, operando em unidades produtivas pequenas e auto-suficientes. Portanto, no contexto de alguns cenários nacionais, o discurso contra a miséria tornou-se uma constante, ela é caracterizada como um obstáculo em alguns setores para a própria acumulação de capital porque traz sempre junto a si o analfabetismo.

A era da globalização, alterando os processos produtivos, pulveriza a própria produção numa infinidade de mercados, segundo a lógica do menor custo.

O sistema produtivo mundial é caracterizado como fragmentado, altamente competitivo, baseado na qualidade e no preço dos produtos e, ao mesmo tempo, gerador de miséria porque reduz o número de trabalhadores por unidade produtiva, gerando portanto desemprego em massa.

Os desempregados, assim, ficam fora dos benefícios da previdência social pública, que embora precária, ainda é uma alternativa, por exemplo no caso da saúde.

Neste momento, grupos e movimentos sociais da sociedade civil ganham um enfoque largamente importante, vendo-se na necessidade de organizar-se e lutar para tornar-se sujeitos, deixando de ser apenas meros objetos na história das políticas sociais excludentes.

Esse enfoque desloca o olhar exclusivamente das estruturas econômicas da sociedade para as redes de relações geradas por ações coletivas da sociedade civil e levando-nos a observar como estas vêm atuando, que demandas e práticas tem gerado, como tem se relacionado com o Estado e quais as políticas públicas que este lhes tem destinado.

As políticas do Estado nos anos 90 buscam reformar o sentido de suas ações, transferindo grande parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada.

Portanto, o cenário brasileiro nos anos 90 revela um conjunto enorme de profundas alterações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas e na forma de se relacionar com a sociedade civil.

Nas porções do território criam-se conflitos, no que se trata da destinação de recursos para infra-estrutura básica, em favor de voltá-los para atendimento de causas globais, as necessidades das empresas maiores. O conflito social passa a ser revelado de forma muito significativa no espaço.

#### **4.1. ESPECIFICIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA:**

Analisando o desenvolvimento dos países da América Latina, precisamos entendê-los dentro da lógica do processo de acumulação. A marginalidade é produto do próprio modelo capitalista implantado nos países subdesenvolvidos, essa passou a ser analisada a partir de então, não somente como resultado de processos de exclusão, mas também como condição prévia à acumulação, num processo de superexploração da força de trabalho nos centros urbanos e de disponibilidade de um grande exército de reserva de mão-de-obra desqualificada, oriunda do campo, dado o processo de desagregação das relações sócio-econômicas neste setor.

Os estudos dos movimentos sociais na América Latina, inicialmente, estiveram ligados as idéias de Castells. Por ser um autor que, além de focalizar a sociedade civil, era também um guia para a ação, no sentido dado à importância aos movimentos e os viam como elementos estratégicos da redemocratização do Estado e da sociedade em geral, proporcionando elementos teóricos novos aos pesquisadores.

As teorias européias tiveram mais influência porque ficaram no plano descritivo, onde a visibilidade aparente dos dados coletados e registrados era o que mais se destacava, num processo muito ativo, em que os discursos dos novos atores eram supervalorizados. Havia uma base teórica consistida mais num guia de orientação político-estratégica para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre o passado imediato.

A produção latino-americana sobre os movimentos sociais esteve bastante permeada por pressupostos ideológicos derivados de matrizes político-pragmáticas de partidos políticos.

Isto ocorreu em consequência de certos movimentos sociais, no final dos anos 70 e início dos 80, serem expressões políticas de forças políticas nacionais.

A produção latina nega a teoria norte-americana e é bastante influenciada pelo marxismo e, mais tarde, pela teoria dos Novos Movimentos Sociais. Os

estudos negavam também o marxismo ortodoxo mas desenvolviam o conceito de ação presente já neste paradigma.

Ao longo dos anos 80, as teorias marxistas declinaram e estagnaram, enquanto a dos Novos Movimentos Sociais cresceu e se desenvolveu, estagnando nos anos 90, por estarem bastante presas pelo referencial europeu.

A América Latina esteve presa ao referencial europeu, pelo fato de não possuir um paradigma teórico próprio. O referencial europeu e a produção norte-americana dialogaram muito entre si fazendo declinar as correntes européias na América Latina, pois essa negava a produção funcionalista-conservadora norte-americana.

A realidade destas correntes não interessavam diante do contexto histórico da América Latina. O problema na América Latina, estava além do de integrar ou não os movimentos sociais, como afirmava a teoria da modernização e a respeito da marginalidade, que ocorria nos países desenvolvidos. A questão era entendê-los dentro da lógica do processo de acumulação, pois eles- pessoas aliadas do mercado formal de trabalho, atuando junto ao setor de serviços- desempenhavam um papel estratégico para esta mesma acumulação.

Ainda assim, foram absorvidos vários conceitos e categorias norte-americanas. O conceito de rede, por exemplo, foi absorvido do paradigma norte-americano, influenciando de forma significativa o paradigma dos NMS.

Consideramos, na atualidade, o conceito de rede como de fundamental importância para o estudo das organizações sociais, no sentido de articular o território de modo a ativar pontos para melhor desenvolvê-lo. As redes formadas nos territórios, importantes para a organização social, são construções sociais e políticas dadas pelas pessoas, mensagens, valores que perpassam de um território a outro, horizontalmente, na intenção de difundir uma ideologia onde reina a liberdade e participação política dos cidadãos.

Através das redes, podemos reconhecer, grosso modo, três tipos ou níveis de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis



são o mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local(SANTOS,1997,p.215).

No caso estudado, constituiriam-se em nível local. No lugar os fragmentos da rede ganham dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, não excluindo a surpresa.

A idéia de rede não deve ser separada da idéia de poder, mediante a articulação dos fenômenos sociais, como uma associação de moradores, podendo formar movimentos de alto poder político.

Ao analisarmos o desenvolvimento dos movimentos sociais na América Latina, consideramos necessário contextualizar os países marcados por períodos em que as relações entre a sociedade civil e o Estado foram marcados por períodos de vigência autoritária.

A partir dos anos 60, a aliança com o capital internacional levou a mudanças no modelo econômico, gerando modelos específicos: foi a era dos regimes militares autoritários que sobreviveram por duas décadas em vários países latinos.

O final dos anos 70 e os anos 80 foram períodos que entraram para a história como uma fase de redemocratização. Por intermédio da mobilização e da pressão da sociedade civil e política, os Estados nacionais redirecionaram suas políticas internas. Os regimes militares foram substituídos por regimes civis, em processos negociados nos parlamentos ou por via eleitoral. Os movimentos sociais cresceram em número, ganhando diferentes tipos e matizes e lograram visibilidade em sua luta pela redemocratização por causas específicas.

Um dos fatores que impediram o avanço dos movimentos sociais latinos era a própria cultura, pois observava-se uma naturalização das relações sociais entre cidadãos ou não cidadãos e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser norma geral, vista como

algo definitivamente estabelecido pela própria população, dificultando a criação de espaços livres, democráticos ou de democratização.

No período de redemocratização a cultura política latino-americana se transformou, ganhando aspectos novos, fundamentados na visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados, graças a uma longa sobrevivência a resistência e da oposição às formas de dominação, com um parcial e gradativo rompimento de clássica cultura política de aceitação da dominação, de troca de favores, de espera e imobilidade da sociedade diante de um Estado tido como inquestionável.

## **4.2. AS DUAS GRANDES VERTENTES QUE INFLUENCIARAM NO PARADIGMA LATINO-AMERICANO**

### **4.2.1. A TEORIA MARXISTA ESTRUTURALISTA DE CASTELLS:**

A proposta de Castells trata da construção de um novo objeto de estudo: os movimentos sociais urbanos. Enfatiza a análise das práticas das estruturas.

Nos anos 70, o referido autor liderou um processo de renovação do debate sobre as questões urbanas, na corrente de análise marxista da realidade social.

O quadro metodológico de análise dos movimentos sociais urbanos de Castells consiste em entendê-los a partir do problema que encerram ou reivindicam.

Isto implica em captar nos movimentos sociais suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado.

A análise dos movimentos sociais, sob o prisma do marxismo, refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e ou opressão sócio-política e cultural.

O paradigma marxista não se resume somente aos movimentos operários almejando uma mudança de classe, existem algumas análises sobre movimentos sociais não-operários, como a reivindicação por bens e melhorias coletivas, principalmente de equipamentos públicos, realizadas nos anos 70 e 80.

Não nos deteremos no paradigma marxista como a teoria explicativa para o desenvolvimento dos movimentos sociais ou organização social, mas tentamos abordar os pontos de interesse para nossa realidade.

Na abordagem clássica do marxismo encontramos um elemento interessante para qualquer prática coletiva, trata-se dos aspectos organizacionais do movimento, este seria um dos fatores geradores de consciência social.

Nos estudos marxistas os movimentos não surgem espontaneamente, eles seriam gerados por organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. Os movimentos passam a existir mediante as ações práticas dos homens na história. Sendo assim, a organização e a consciência serão fatores decisivos para explicar o desenrolar e validade de um movimento social.

Remetendo-nos à realidade estudada, antes mesmo de enquadrá-la como um movimento social ou um tipo de ação coletiva, diríamos que a Associação de Moradores foi gerada por uma organização de cidadãos em um dado território, neste caso o território Parque Residencial São Pedro, onde um coletivo de cidadãos ou não cidadãos vivem juntos uma série de carências de bens de consumo coletivo em seus cotidianos, levando-os a organizarem-se em favor de melhorar sua qualidade de vida.

Estamos tratando de um elemento abordado na teoria marxista: a organização social. Mesmo que o objetivo desta ação coletiva não seja uma mudança macroestrutural do modo de produção da sociedade, mesmo que essa almeje apenas soluções locais para esta parcela populacional.

A práxis significativa refere-se à práxis transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política.

Dentro do marxismo esse conceito é fundamental, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo social, tem como base fundamental o mundo do trabalho. A práxis política surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social.

Dentro da realidade que nos interessa, destacamos a práxis política como categoria fundamental para a organização social, como elemento importante para a transformação da realidade.

Mesmo que uma organização não nos leve a uma transformação macroestrutural, ela sempre almeja uma mudança, mesmo que temporária. Talvez o tempo durável seja o tempo em que o movimento ou organização ainda exista. Esta organização estará constituída através de sua práxis política, ou seja, através da comunhão entre projetos e práticas que sirvam para executá-la.

As organizações sociais voltam-se para mudanças em nível local, em mudanças no modo de gerir o território.

O conceito de solidariedade já era citado por Marx, estamos tentando redirecioná-lo e aplicarmos ao estudo das organizações sociais da atualidade.

Por exemplo, o conceito de solidariedade para nossa realidade se mostra por demais interessante, já que estamos trabalhando com uma organização social onde, não há uma instituição responsável em desenvolver os projetos por ela apresentados, correspondendo a afirmar que o trabalho é feito por todos os que participam desta organização, com um caráter bem menos burocrático do que uma instituição. Muitas vezes, um cidadão tem que tomar o lugar do outro em suas atividades e isto requer solidariedade. Ser solidário é um fator muito importante para o avanço de um trabalho coletivo.

A solidariedade citada por Marx refere-se a uma relação social, com os mesmos interesses e deveria estar voltada para um dado objetivo: a emancipação humana. Ele demarca a solidariedade como uma relação social a ser construída, no caso no interior das unidades produtivas, a partir das experiências comuns compartilhadas. Para nós esta solidariedade é fruto do trabalho coletivo e criada no decorrer deste mesmo trabalho coletivo e das relações sociais.

O próprio dia-a-dia é gerador de relações sociais mas nem todas são baseadas na solidariedade. Esta é essencial para a gestão de relações sociais onde se exercita o pensamento coletivo, importante para o trabalho onde os interesses são comuns.

Entender as formações sociais requer o entendimento e a compreensão da realidade partindo das ações dos indivíduos, como um processo não funcional. É uma explicação interpretativa, e não descritiva.

A organização social discutida pelo marxismo, importante para o estudo da sociedade, relaciona-se com o conceito de relação social, pois este é gerador de uma realidade concreta, ou seja, do comportamento humano criador das formações, organizações sociais e também dos próprios movimentos sociais específicos.

O conceito de relação social é importante dentro da realidade dos movimentos sociais e de qualquer organização social, pois é gerador do sentimento de solidariedade e coletividade essenciais para o pensamento coletivo.

O comportamento coletivo é dado através da consciência de uma dada situação, neste caso, a consciência dos agentes participantes da Associação de Moradores de sua condição de exclusão social, passando a ser o conteúdo de sentido de suas ações.

A ação social não é uma ação homogênea de várias pessoas, nem qualquer ação influenciada pelo comportamento de outros. A ação passa a ser um conceito importante para o estudo desta organização social, precedendo a relação social. A ação social individual gera a relação social coletiva.

A ação social está inerente a cada indivíduo através da consciência, determinando o comportamento de cada um independente do resultado alcançado. Já a relação social irá determinar a reciprocidade das ações dos indivíduos referentes a um conteúdo de sentido.

Os movimentos sociais sempre foram objeto de análise, mas com o advento da globalização, houve uma mudança no estudo deste conceito. Os movimentos sociais eram estudados associados à perspectiva marxista, onde o paradigma teórico mais amplo era o processo de mudança e de transformação social.

Chegamos aos anos 90 com uma análise dos movimentos sociais bastante alterada, tentamos unir as abordagens elaboradas a partir de teorias macrossociais a teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem mediações sem excluir uma ou outra abordagem.

Partimos, então, para a análise da segunda vertente europeia que caracterizou o pensamento latino-americano sobre movimentos sociais.

#### 4.2.2. A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

A teoria dos Novos Movimentos Sociais não constitui uma teoria homogênea, um bloco referencial uno; esta é composta por correntes diferenciadas.

1. Francesa: Alain Touraine
2. Italiana: Alberto Melluci
3. Alemã: Claus Offe

Como segue a lógica deste trabalho, nosso objetivo não é descrever todas estas correntes e sim partirmos para análise das idéias de que nos valem, nesta prática de estudo. Desenvolveremos conceitos importantes para o estudo de uma organização social, da forma que ocorre no Parque Residencial São Pedro, acreditamos que vários elementos constituintes nas teorias dos movimentos sociais irão nos parecer importantes e devem ser redimensionados.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais é uma alternativa ao marxismo, como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea. Contudo, aproximando-se do marxismo pelo fato de dar importância à consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva. O marxismo foi questionado porque trata da ação coletiva prioritariamente no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que enfatizam as determinações macro da sociedade.

Para a teoria dos NMS o sujeito coletivo é não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, criticamos seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. O que ocorre é uma nova abordagem eliminando a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e voltando-se aos participantes das ações coletivas como atores sociais.

Na análise dos NMS, a política ganha centralidade tornando-se uma dimensão da vida social, abordando todas as práticas sociais. É o momento de pensarmos no modo como a sociedade pode organizar-se no sentido de aumentar seu poder político na sociedade moderna como um todo. Abre-se a possibilidade de pensarmos na questão do poder na esfera pública da sociedade civil, e não apenas na esfera do Estado. A dimensão política é utilizada principalmente no âmbito das relações microssociais ou culturais, ao contrário do paradigma norte-americano que trata a política no nível macro das instituições de poder na sociedade, principalmente aquelas relacionadas com os aparelhos estatais.

Nos remetemos para a questão da cidadania. Somente o homem cidadão tem poder político e é capaz de mudar a relação de forças entre Estado e sociedade civil.

Os atores sociais são estudados sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. Esta identidade coletiva não é produto das estruturas sociais que pré-configuram certas características dos indivíduos; a identidade coletiva é criada por grupos, atores sociais.

O contexto social vivido cria necessidades, a serem percebidas no cotidiano pelos indivíduos.

Este conceito, identidade coletiva, tem centralidade nas explicações dos NMS. A identidade é uma categoria formadora dos movimentos sociais, esses crescem em função da defesa dessa identidade.

Na América Latina, o Novo vem do fato de se referir aos movimentos que não se envolvem com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas. A inovação é a forma de fazer política e a politização de novos temas.

Os Novos Movimentos recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais, valendo-se da mídia e das atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar



situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil.

Nas análises marxistas há uma ênfase na lógica racional do sistema, esta é substituída nas correntes dos novos movimentos sociais por uma lógica na racionalidade dos acordos entre indivíduos, destacando os fatores de identidade, a autonomia e o reconhecimento dos movimentos por seus próprios atores e pela sociedade em geral.

Pensamos a questão da identidade como uma categoria importante para qualquer organização social, os atores sociais somente conseguem uma mudança efetiva em seus comportamentos no momento que se identificam com os seus problemas. Essa vai sendo construída durante o processo de mobilização social, para cada ator, acreditando posteriormente em uma identidade coletiva, somente revelada no decorrer do processo de mobilização. Essa, de acordo com idéias dos NMS, é criada pelos atores sociais durante o trabalho, não é predeterminado por um sistema dado.

Assim pensamos a identidade como categoria singular de cada organização social, nos diversos grupos ela irá ser diferente, dependendo das características próprias de cada situação.

Parte-se de uma análise macro para uma análise micro, centrada na ação dos indivíduos e seus acordos, a qual se torna elemento constituinte da identidade coletiva.

Nas correntes que pensam sobre os NMS há uma valorização da liberdade do indivíduo, o que para as diversas organizações sociais é fundamental.

A liberdade a qual nos referimos é pertencente a cada indivíduo e não imposta por um sistema que irá moldar o cidadão da melhor maneira a poder manipulá-lo de acordo com seus objetivos. O padrão de desenvolvimento instaurado não faz com que os atores sociais sintam-se livres, ao contrário a eles é imposta uma maneira de pensar, uma cultura de massa que os tornam cada vez mais presos aos valores impostos pelo sistema capitalista, tendo o consumo como valor principal.

Surge a necessidade de trabalharmos a sociedade civil junto a idéia de liberdade, no poder de decisão e na escolha da destinação dos recursos públicos, bem como a liberdade para exercer seus direitos como cidadãos.

A sociedade civil é uma categoria merecedora de atenção, porque da sua organização local irá depender a qualidade desta, hoje presenciada como produto do capitalismo.

Esta não deve ser pensada em função do Estado e sim a partir de suas necessidades e interesses, o seu espaço deve ser pensado como o lugar onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos, com sua cultura, seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, formadoras de variáveis de identidades coletivas. É um espaço de grande importância política onde as classes não hegemônicas são chamadas a desenvolver suas convicções, a exercer os seus direitos enquanto cidadãos, lutando por um novo projeto contra-hegemônico que poderá levar a gestão democrática e popular ao poder.

Diante desses fatos a consciência se torna uma categoria elementar a ser trabalhada, para termos uma sociedade de cidadãos e não de pessoas moldadas pela lógica do sistema que legitima a exclusão como forma de integração. Passa a ser exclusão integradora, modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico com a redefinição dos atores sociopolíticos em cena.

A abordagem de Touraine estrutura-se a partir do denominado paradigma acionalista. Sabemos que o acionalismo retoma um dos pressupostos básicos do funcionalismo: toda ação é resposta a um estímulo social.

Tratamos, neste trabalho, da organização social como resposta ao modelo excludente o qual fazemos parte. Este, por si próprio, estimula as pessoas, que já dispõem de tal consciência, a pensar e agir em funcionalidade de seus direitos.

Na abordagem acionalista o movimento social apresenta-se como a ação de um grupo, um ator coletivo. Para tal é necessário o movimento social ser definido por sua situação nas relações sociais de produção, isto é, situado nas suas reivindicações e sua oposição a um grupo adversário no interior dos problemas da sociedade contemporânea.

Na atualidade, os adversários são as instituições criadoras e legitimadoras deste sistema, que nada valorizam quanto ao social e às necessidades elementares dos indivíduos, é contra esta lógica que devem voltar-se e lutar qualquer organização social.

Outro ponto importante na análise *micro* do comportamento coletivo é o resgate da dimensão da prática cotidiana, uma das dimensões básicas da práxis humana, o fazer, o acontecer. O cotidiano dos indivíduos passa por um processo de valorização, é partindo daí, do dia-a-dia em seus territórios, esses vão criando bases para suas relações sociais e articulando redes sociais e culturais.

O conceito de rede também é uma categoria a ser pensada, na organização social aqui trabalhada, uma Associação de moradores, por si só, pode não parecer ter poder de decisão de modo a trazer mudanças significativas para o grupo. Mas, caso ocorra uma articulação maior de organizações do mesmo caráter isto pode vir a mudar, fazendo com que aumente a pressão social chegando a sensibilizar àqueles que estão no poder e se dizem preocupados com a questão social.

A união de diversas associações de moradores pode vir a se tornar um movimento social, passando a ser formas possíveis de mudança e transformação social.

Nos anos 60, Touraine afirmava que só existiriam movimentos sociais se houvesse a combinação de três dimensões essenciais: a classe, nação e modernização. Destacando três elementos construtivos de um movimento social: o ator, o adversário e o que está em jogo no conflito.

Touraine afirmava que os movimentos sociais são sempre em última análise, a expressão de um conflito de classes.

Neste período da história, como foi dito anteriormente, trata-se do estudo de ações coletivas em um nível de mudanças macroestruturais.

No final dos anos 70, Touraine se distancia ainda mais da abordagem marxista ortodoxa, deixando de priorizar os estudos sobre a classe operária e se concentra no estudo da ação.

Na atualidade, ao estudarmos o comportamento coletivo ou os próprios movimentos sociais é necessário partirmos para análise das relações dadas em

nível local, partimos do pressuposto da transformação social ser dada mediante a mudança no modo de pensar dos indivíduos, nas suas ações, e mudanças em seus cotidianos. Pensar em uma mudança macro na sociedade é uma idéia mais distante.

Uma categoria fundamental na análise dos movimentos sociais é a sua força social, essa só é realmente dada quando ocorre uma mudança na consciência de cada indivíduo, nas suas ações.

O conceito central na abordagem da ação social é o de relações sociais, o tema da dominação tem grande importância. Partindo desta idéia, um movimento social não se definiria somente por reivindicações materiais, mas também por mudanças culturais.

Um movimento social, no pensamento de Touraine, é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Para este autor, o Estado não seria apenas monopólio da violência e da busca da legitimação como em algumas teorias marxistas ortodoxas, embora tenha sempre vínculos com a classe dominante.

O Estado seria também um agente de transformação histórica por dirigir as mudanças organizacionais. Portanto, o Estado não é apenas aparelho de poder, é um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica.

Nesta concepção de Estado, os movimentos sociais têm papel mais de agentes de pressões sociais do que atores principais das transformações sociais propriamente ditas. Para qualquer organização social de caráter reivindicativo é importante encontrar força social de modo a pressioná-lo.

Touraine identifica várias limitações nos movimentos sociais, entre elas sua subordinação à ação do Estado. Na ocasião, ele atribuía ao Estado o papel de ator principal porque sua função seria manter a continuidade da sociedade por meio de mudanças econômicas e sociais, sendo o principal agente de desenvolvimento social, intervindo na própria sociedade civil.

Pensamos que no atual estágio de desenvolvimento, considerando o posicionamento do Estado frente a sociedade civil excluída, o papel de maior

importância é o da própria sociedade civil. Esta deve se posicionar e impor suas reivindicações, de modo a se tornar agente principal neste processo de mudança.

A sociedade civil deve ser encarada como um espaço de disputas, lutas e processos políticos. É o espaço onde se localiza o processo de criação de normas, identidades, instituições e relações sociais de dominação e resistência, porque nele há uma capacidade de auto reflexão. Ao analisarmos as organizações sociais, devemos dar primeiramente importância a mudança na qualidade deste espaço, para assim partirmos para a análise de suas transformações sociais de fato.

## 5. A QUESTÃO DA RENDA NO SISTEMA URBANO:

Estamos trabalhando no âmbito do local, mas é preciso ir além do local e partir para as políticas que orientam a forma da cidade, partindo em busca de um equilíbrio de renda que constitua o sistema urbano, já que este é desigual neste sentido.

A renda que constitui um sistema urbano está representada na forma de recursos e infra-estruturas.

O atual período histórico manifesta desigualdades, uma delas está claramente definida nos sistemas urbanos, desde que o planejamento urbano baseia-se na maximização do lucro, e não nas necessidades sociais.

A organização espacial da cidade revela de modo bem visível as desigualdades sociais. Percebemos a presença de bairros altamente abastecidos de equipamentos coletivos, e outros onde a escassez é predominante.

Um exemplo deste contraste, na cidade do Rio Grande, é o próprio Parque São Pedro quando comparado ao Conjunto Residencial Jardim do Sol. Estes são dois bairros vizinhos, marcados pelas mesmas condições naturais do terreno, que diferem muito em seus equipamentos coletivos. Muitos destes dispensados no Jardim do Sol.

Um dos maiores problemas considerado pelos moradores do Parque São Pedro é o calçamento, este foi construído de maneira muito precária, em épocas de chuvas, o que é muito comum na região as pessoas ficam presas em suas casas devido aos alagamentos. Analisando as condições do calçamento no Jardim do Sol percebemos que dispõe de ruas bem amplas e calçadas, onde permite-se a circulação de pessoas, bicicletas e veículos sem nenhuma dificuldade.

O fato que nos faz pensar, é o porque um maior investimento num bairro onde as pessoas têm mais recursos de vida, e tanto descaso com àqueles que mereceriam mais atenção pelo fato de apresentarem menos condições de vida.

Atualmente é bastante comum as pessoas considerarem a questão da escassez dos recursos como um fenômeno natural do sistema de produção

capitalista, mas esta questão é um pouco mais complexa e merece atenção especial.

" O conceito de escassez, como um conceito de recurso, somente ganha significado num contexto social e cultural particular. É errôneo pensar que os mercados simplesmente surgem para lidar com a escassez. Em economias sofisticadas a escassez é socialmente organizada de modo a permitir o funcionamento do mercado"( Harvey, 1980, p.. 96).

O fato de estarmos passando por um período histórico, também caracterizado pela escassez de recursos, se deve, além das condições naturais do sistema, a forma como a atividade econômica está organizada. Dando somente importância ao econômico, deixando as questões sociais de fora dos seus interesses.

O sistema de mercado funciona na base de valores de troca, e valores de troca podem existir somente se há escassez relativa de bens e serviços trocados.

Estamos a todo momento assimilando um discurso de uma economia globalizada, mas essa economia internacional está muito longe de ser global, pois não abarca todos os processos econômicos do planeta, não abrange todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade.

Segmentos de países, regiões, setores econômicos e sociedades locais estão desconectados dos processos de acumulação e consumo que caracterizam a economia informacional/global.

O discurso da globalização ignora a persistência do Estado-Nação e o importantíssimo papel do governo na definição da estrutura e da dinâmica da nova economia.

Se existe a escassez, os governos em todas as suas instâncias devem trabalhá-la de modo a alcançarmos uma forma equilibrada de alocação de recursos. Devemos pensar na possibilidade de construir uma teoria normativa de alocação espacial ou territorial, baseada em princípios de justiça social.

" A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual. Através da divisão do trabalho é possível aumentar a produção: a questão que surge é a de como os frutos dessa produção serão distribuídos entre àqueles que cooperam com o processo. O princípio da justiça social, por isso destina-se à divisão dos benefícios e à alocação de danos surgidos no processo do empreendimento conjunto do trabalho" ( Harvey, 1980, p.82).

Pensamos em uma maneira de distribuir melhor a renda no espaço da cidade, de modo que àqueles que têm mais necessidades sejam os que mereçam um maior investimento, para tentar equilibrar as desigualdades sociais.

As políticas sociais devem ser trabalhadas de modo a executar uma dada distribuição de renda, esta deve ter como meta o alcance o mais próximo possível de um equilíbrio, minimizando as desigualdades sociais dentro do cidade.

Existem mecanismos que controlam e manipulam essa distribuição, que devem ser investigados neste capítulo, contribuindo para o entendimento dessa estrutura social desigual, característica desta etapa do processo histórico.

A política social instalada e seus mecanismos de controle de redistribuição de renda no sistema urbano estimulam, na maioria das vezes, as desigualdades sociais.



O grau de velocidade em que se operam as tecnologias acaba por causar abalos na estrutura das cidades.

As partes das cidades irão se adaptar às mudanças causadas pela economia global de modo diferenciado, algumas responderão mais rápido e outras lentamente. Por exemplo, àquelas áreas melhor localizadas, e mais providas de equipamentos, recursos financeiros e educacionais, irão se adaptar melhor, as áreas periféricas irão necessitar de maior investimentos de recursos para que possam acompanhar o desenvolvimento em questão.

As áreas periféricas da cidade concentram, preferencialmente, uma população de baixa renda, que não teve condições de se manter nas áreas centrais, devido a especulação imobiliária, ocupando de modo precário estes espaços da periferia da cidade.

Com isso, na hora da distribuição da renda no sistema urbano não podemos dar um tratamento homogêneo, e sim avaliar de forma diferenciada àquelas partes que o constituem.

A ocupação da periferia da cidade por parcelas populacionais de baixa renda nos faz avaliar outras questões, como por exemplo o acesso às atividades que fazem parte do seu dia-a-dia, como os locais de trabalho. Assim o preço que irão pagar será maior porque inclui o transporte até os locais desejados.

Seria conveniente investir em recursos em áreas mais próximas de suas residências, como bancos, supermercados, farmácias e outros serviços em geral, facilitando suas vidas ao invés de torná-las mais caras.

No Parque São Pedro houveram muitas reclamações à respeito desta questão, o preço do transporte coletivo não permite que as pessoas se desloquem toda a vez que ocorra uma necessidade, e se tratando de pessoas de renda baixa, o automóvel é um meio de transporte que a maioria não tem acesso.

Nas proximidades do Parque São Pedro existe um supermercado, mas está claro que sua localização não se deve de primeiro interesse ao Parque São Pedro, trata-se de um supermercado voltado para a população do Jardim do Sol, de maior poder aquisitivo. Assim possui àqueles produtos mais sofisticados e com

preços mais elevados, não dando poder de escolha ao consumidor de renda mais baixa.

Portanto as políticas que definem a localização espacial dos bens públicos e privados devem considerar a acessibilidade e proximidade daqueles que mais precisam dos serviços, e menos condições tem de chegar até eles.

Como as cidades cresceram muito e mudaram significativamente a sua forma espacial, devemos reorganizar no que se trata da localização e distribuição de algumas atividades no sistema urbano.

De modo geral, o que acontece é uma distribuição regressiva da renda, onde o rico e o relativamente bem remediado podem conseguir grandes benefícios, enquanto o pobre, tem somente oportunidades restritas, e são também mais fracos politicamente.

Consideramos neste momento de fundamental importância a forma como os grupos irão se organizar de modo a se fortalecerem na área política.

" Suponho inicialmente, contudo, que há probabilidade de que um grupo se forme e agirá coerentemente, exercerá poder no processo político de barganha e terá sucesso em prover bens coletivos para si. Parece, aqui, que uma distinção maior deve ser feita entre 'pequenos grupos' e 'grandes grupos' " ( Harvey, 1980, p.62).

" O ponto importante é que os grupos pequenos podem ser bastante hábeis em prover-se de bens coletivos, particularmente quando uma pessoa no grupo tem interesse próprio na produção do bem. Mas, quanto mais equilibrados os grupos, mais terão provavelmente dificuldade nisso"( Harvey, 1980, p.62).

" Os grupos menores- os grupos privilegiados e intermediários- podem muitas vezes derrotar os maiores- os grupos latentes que hipoteticamente devem, normalmente, prevalecer na democracia. Os grupos privilegiados e intermediários muitas vezes triunfam sobre as forças numericamente superiores dos grupos grandes ou latentes, porque os primeiros são geralmente organizados e ativos, enquanto os últimos são normalmente desorganizados e inativos"( Olson apud Harvey, 1980, p.62).

Observamos na prática, deixando claro que esta pode não ser verdadeira para outros casos e não serve como regra geral, que as pessoas têm muitas divergências no modo de pensar e naquilo que almejam, não existe uma homogeneidade de atitudes no grupo, o que dificulta o trabalho coletivo.

O trabalho coletivo requer muita força de vontade, e o abandono do individualismo, reconhecendo que podem existir problemas mais sérios do que os nossos próprios, e estes devem ser resolvidos em nome do coletivo, beneficiando um número maior de pessoas, e também àquele que acha que está preso dentro dos seus próprios problemas.

O grupo para conseguir força política tem que ser estruturado em bases fortes e coesas, onde necessitam-se de habilidades para dialogar com os demais indivíduos e com o poder público.

A heterogeneidade de valores culturais dificulta o trabalho coletivo.

" Disso se segue que um sistema urbano estará impossibilitado de funcionar sem atritos ( no sentido de que os conflitos entre indivíduos e grupos não serão

facilmente resolvidos) se houver profunda heterogeneidade nos valores culturais da população. Parece que o caminho 'natural' para que esta espécie de dificuldade seja minimizada, é procurar encontrar um padrão de organização territorial que minimize, ao mesmo tempo, o contrato social entre indivíduos portadores de diferentes valores culturais e sociais, e também a probabilidade de discórdias a respeito de exteriorizações. A organização territorial e a 'de vizinhanças', em modalidades étnicas, de classe, de status social, religião e outras, têm assim, papel importante a desempenhar para minimizar o conflito do sistema urbano" ( Harvey, 1980, p. 67).

Vamos analisar esta questão dentro da realidade trabalhada. O moradores do Parque São Pedro não moram naquele local desde que nasceram. Trata-se de um loteamento construído inicialmente no ano de 1982.

As pessoas que naquele local estão residindo vieram de locais distintos da cidade, alguns até do meio rural de onde foram expulsos pela falta de trabalho.

Esse fato nos faz pensar que eles viveram experiências diferentes de vida, às quais os levam a pensar e agir de modo diferenciado, limitando suas capacidades de trabalhar a organização territorial.

As habilidades que eles desenvolveram no decorrer de suas vidas, diferem muito entre si. Por exemplo, no centro da cidade não é comum as pessoas participarem de Associação de Moradores, com isso muitos nunca se envolveram em atividades deste tipo, não adquirindo habilidade nenhuma para tal trabalho, chegam até a evitá-lo.

No campo acontece algo similar, as pessoas não vivem também esta situação, o que também não os tornam hábeis para tal organização social. Poucos são àqueles que já passaram por esta experiência.

" Uma transferência de renda pode ser muito significativa para um homem pobre, e quase irrelevante para um homem rico" (HARVEY, 1980, pág.66).

Argumentamos a favor da organização territorial. Uma organização "adequada" pode contribuir bastante para minimizar o conflito e maximizar a eficiência e coerência do grupo. Se podemos ou não chegar a tal organização do espaço, e de um modo ou de outro facilitar o alcance dos objetivos sociais depende muito do que possamos descobrir o que significa "adequado".

Podemos partir para análise de alguns exemplos que vem dando certo, e tentar mostrar a validade da organização territorial. Como é o caso da Associação de Moradores do Bairro Bernadeth, conforme divulgado no jorna Agora Bairros do dia 20 e 21 de maio de 2000:

Na cidade do Rio Grande há um ano essa Associação vem desenvolvendo inúmeras atividades, como o sopão comunitário, alfabetização e o trabalho da Economia Popular e Solidária. Com o tempo ele pretendem realizar a horta comunitária, no quintal da sede, prédio que é alugado e pago por um vereador da cidade. Da horta comunitária sairão os legumes que serão usados no sopão comunitário realizado às quintas- feiras, são beneficiadas muitas famílias carentes da Vila, e também de uma vila próxima. O sopão é uma atividade que já vem sendo realizada há cinco anos, com algumas paralisações, mas sempre volta a acontecer. Recebem ajuda de comerciantes, distribuidores de gás e de "políticos interessados".

Na sede da Associação também acontecem as aulas do projeto Mova, existem duas turmas, onde não há reclamação quanto ao aproveitamento dos alunos, estas aulas iniciaram há apenas dois meses. A Associação de Moradores também está desenvolvendo no bairro o trabalho de Economia Popular e Solidária, idealizado pelo Governo do Estado para geração de emprego e renda nas comunidades, e apoiado pelo Comitê de Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Eles têm consciência de que com esse trabalho eles não irão resolver o

problema da fome, da miséria e do desemprego, mas conseguem atender algumas famílias e isso já os deixam satisfeitos.

As atividades consistem em artesanato, costura, forno/fogão e compotas. Está se formando um grupo de 20 mulheres do bairro para formação de uma cooperativa de doces e compotas. Eles pretendem passar a idéia para outros bairros. Estas pessoas têm falta ainda de recursos e contam com o apoio da comunidade.

Diante desse exemplo, percebemos num sistema urbano a criação de condições para a população manifestar suas reivindicações, por meio de ações, estas podem ser aceitas ou não pelo grande grupo. Podendo ou não trazer mudanças na qualidade do meio, isso irá depender de como eles estão organizados.

No momento em que as pessoas envolvidas vão assistindo a essas mudanças qualitativas do meio causadas por suas ações, elas tornam-se mais confiantes e com vontade de continuar seu trabalho e até divulgá-lo para outras parcelas populacionais. Essas também começam a acreditar e a mudar seus valores quanto a vontade de trabalhar pelo coletivo.

No Parque São Pedro percebemos que a Associação de Moradores não tem muito o apoio do grande grupo, devido a vários motivos.

Acreditamos nas oportunidades que podem ser criadas à eles através do meio, no momento em que certificam-se da existência de uma série de carências em comum. Talvez essa evolução dependa de alguns estímulos físicos e sociais. Além de uma equipe de pessoas que trabalhe corretamente e de forma honesta.

A heterogeneidade de formas de pensar acaba impondo-se como um limite para que suas ações se desenvolvam de maneira coletiva.

Vamos voltar um pouco à questão da redistribuição da renda. De acordo com David Harvey (1980, pág.71), qualquer teoria de redistribuição de renda deve estar baseada nos valores sociais e culturais. Esses valores estariam sujeitos a mudanças dependendo da alocação de oportunidades no sistema urbano.

De acordo com essa teoria, o poder público deveria, ao distribuir os recursos "escassos" da sociedade, adotar um princípio com base na justiça social,

em uma distribuição justa da renda. Devendo pensar em alguma estrutura ou série de estruturas espaciais que maximizem a equidade e eficiência do sistema urbano ou, também que ajudem ao aprendizado e/ou maximização das habilidades que podem ser desenvolvidas no meio, por parte da população.

Tentamos ser mais claros, o poder público poderia investir recursos naqueles locais onde predominam a escassez, de modo com que as pessoas beneficiadas desenvolvam habilidades, buscando formas de auto-desenvolvimento, pelo menos em alguns aspectos.

Esta seria uma hipótese ainda a ser trabalhada, já que nas áreas mais abastecidas as pessoas usufruem de uma melhor educação e meios que as façam desenvolver-se. Não estamos tratando do abandono desses locais, mas somente de dar mais atenção e recursos a quem mais precisa.

A forma espacial da cidade deveria caminhar de forma a facilitar o funcionamento coerente dos processos sociais.

HARVEY ( 1980, p.72) , distingue três diferentes situações políticas: a primeira refere-se a bens que produzem benefícios para todos os indivíduos. Aqui, o objetivo político é assegurar que o bem seja provido (por ação privada ou pública) em quantidade e qualidade suficientes, nas alocações corretas, para se obter um objetivo distributivo específico. O segundo caso é o de bens públicos impuros ( tais como poluidores de ar), que impõem custos através do consumo "involuntário". Aqui, o problema político é regular os padrões de locação para minimizar a incidência desses custos e controlar seus efeitos distributivos. O terceiro caso (e este é, provavelmente, o mais comum) refere-se a uma situação mista na qual um bem produz ao mesmo tempo ganhos e perdas.

As decisões de locações de bens públicos e privados devem satisfazer as necessidades de um número o maior possível de cidadãos, levando em consideração suas carências. Para tal compromisso o governo ou agentes empreendedores responsáveis devem tomar conhecimento da situação de cada grupo.

Atualmente o que ocorre é que a localização dos bens públicos e privados obedecem uma hierarquia de áreas onde os lucros em excesso são maximizados, e com certeza, as áreas beneficiadas serão aquelas que estão em ascensão. E aquelas onde predomina a deterioração seguem seu desenvolvimento ou crescimento regressivo.

Surge aqui o papel determinante dos grupos de cidadãos, estes devem fazer pressão para que os responsáveis reconheçam a importância em beneficiar áreas menos abastecidas em favor da qualidade de vida da cidade como um todo.

Percebemos, então, a localização dos recursos da cidade como um problema a ser resolvido, tanto pelo Estado como pelos próprios cidadãos.

Propomos formas alternativas com as quais a organização territorial obtenha mais equilíbrio e igualdade. Estas requerem a participação de todos envolvidos no processo de produção da cidade, principalmente da população, uma vez que o governo desconhece as necessidades das comunidades, esses devem se fazer perceber. Mas como fazer para que isso aconteça?

Pensamos numa organização adequada onde uma Associação de Bairro ou organismos semelhantes definam em nome do grupo as suas maiores necessidades em termos de recursos. Feito isso, levá-las aos órgãos responsáveis no sentido de pressioná-los e de mostrar a seriedade de suas decisões e propostas, como elas foram elaboradas, e que levam em consideração a opinião de um número significativo de pessoas.

As decisões devem ser tomadas em reuniões de bairro, através do voto aberto, mostrando a vontade de todos e a sua validade, para que a municipalidade reconheça o significado dessas reivindicações para cada comunidade.

Assim organismos públicos e privados conhecerão cada comunidade e o que elas necessitam. Trata-se de uma operação à nível local, que mais tarde será levada a um âmbito mais amplo.



Pressupomos que os governos não tenham recursos para resolver tais demandas, apesar de pensarmos que o problema maior é falta de interesse na qualidade de vida, esses devem trabalhar junto a cada comunidade uma forma de providenciar soluções, dando apoio à elas em formas de auto gestão.

Trata-se de um trabalho difícil e depende de força de vontade de um número significativo de cidadãos, mas ainda não podemos pensar ser esta uma alternativa inválida.

A questão central é trabalharmos o sistema urbano numa forma progressiva onde se privilegie a qualidade de vida de um número cada vez maior de cidadãos.

Uma distribuição justa da renda não deve ser considerado nada de excepcional, e deve ser pensada de modo natural. Nenhum indivíduo deve aceitar suas condições de pobreza sem nada fazer à respeito.

Todos os indivíduos têm direitos iguais aos benefícios, independente de sua contribuição. Este é um critério, entre outros que deve ser pensado.

" O primeiro passo na formulação de um princípio de justiça distributiva territorial está em determinar o que cada um dos três critérios- necessidade, contribuição ao bem comum e mérito- significa no contexto de um conjunto de territórios e regiões. Podem ser então imaginados procedimentos para avaliar e medir a distribuição de acordo com cada critério"(Harvey, 1980, p.85).

Os indivíduos têm direitos à níveis iguais de benefícios, o que significa que há desigual alocação relativa à necessidade.

As necessidades das pessoas não são constantes, elas mudam conforme a sociedade se transforma. No momento em que se criam cada vez mais bens de consumo, acontece que as pessoas através da consciência humana, vão também criando um número cada vez maior de necessidades, que se forem avaliadas podem, muitas vezes, até serem desnecessárias.

Mas existem necessidades que permanecem constantes com o passar do tempo, como alimento, educação, serviço social e ambiental, bens de consumo, oportunidades de lazer, amenidades de vizinhança e facilidades de transporte. Estas seguem uma ordem de essencialidade, onde todos devem ter acesso seguindo uma lógica de hierarquia.

Na medida em que são estabelecidas normas de distribuição, deve-se pensar em obedecer esta ordem, suprimindo àqueles que ainda não satisfizeram suas necessidades mais elementares. Por exemplo, não devemos dar prioridade às áreas já abastecidas de alimentação, habitação, cuidados médicos, educação, enquanto outras áreas ainda carecem destas. Deve-se pensar em equilibrar os recursos para que todos tenham acesso às necessidades consideradas prioritárias.

Assim poderíamos chegar à igualdade na alocação de recursos elementares, para depois começarmos a pensar em suprir outras necessidades, que por uma questão de prioridade podem ser deixadas para segundo plano. Pois somente desta maneira estaríamos desenvolvendo a qualidade do sistema urbano como um todo.

O importante seria que os responsáveis pela alocação de recursos do sistema urbano tivessem esta visão, e determinassem as demandas elementares no momento da alocação, deixando um pouco de lado a maximização do lucro em nome da qualidade de vida da cidade.

O segundo critério, contribuição ao bem comum, trata de uma alocação de recursos para um território, que poderá afetar positiva ou negativamente outros

territórios. Este critério refere-se a uma forma de organização espacial que proporcione uma maior contribuição satisfazendo as necessidades, através do multiplicador e efeitos de expansão gerados por um padrão particular de investimento regional.

O bem comum seria o investimento de recursos onde o produto trouxesse benefício a outras áreas próximas, justificando o investimento.

O terceiro critério, o mérito, trata de um conceito geográfico, onde devem-se investir recursos extras aos que não tiveram oportunidades, por algum motivo, de satisfazerem suas necessidades elementares. Seria uma forma de compensação devido à dificuldades sociais ou naturais do meio.

Estes critérios poderiam fornecer uma teoria normativa da organização espacial baseada na justiça distributiva territorial. Mas não é tão simples como pode parecer fazer essa distribuição em situações concretas, surgirão problemas.

Um dos problemas surgidos é o de como esboçar uma forma espacial que maximize as perspectivas de regiões menos afortunadas, se estas encontram-se muito dispersas. Aqui aparece novamente a importância da organização local das comunidades, no momento em que elas determinam de forma clara quais as suas necessidades elementares. O problema é que, pelo fato das áreas menos abastecidas serem mais fracas politicamente, à elas essa tarefa de auto-organização pode se tornar mais complicada.

Tratamos, então, de um duplo esforço que conta com o apoio da comunidade e de instituições de maior exercício de poder, como os governos de Estados e prefeituras das cidades.

Esses três critérios foram eleitos pelo autor David Harvey, como os mais coerentes para chegarmos a uma justa distribuição territorial de recursos, mas ele menciona outros também, como a desigualdade intrínseca, a valorização de serviços em termos de oferta e demanda, direitos herdados, contribuição produtiva

atual e esforços e sacrifícios, que achamos melhor deixar de lado neste momento da pesquisa.

## 6. A QUESTÃO DO VALOR NO SISTEMA URBANO COMO UM LIMITE À QUALIDADE DE VIDA URBANA:

Falamos até agora de uma distribuição justa da renda no sistema urbano, e de alguns critérios que poderiam nos levar ao caminho de uma igualdade no que tange a localização espacial dos recursos.

É importante, já que estamos abordando uma forma de organização da cidade, analisar as forças que dirigem o uso do solo urbano. Estas estão muito mais interessadas no valor de troca, fazendo muito pouco para colocar o valor de uso junto a essa categoria. Aqui encontramos um dos momentos geradores de conflitos que são concretizados nos territórios.

A questão do *Valor* é bastante peculiar, o valor pode adquirir diferentes significados dentro do sistema urbano. O valor dado pela utilidade de um objeto particular é definido como o valor de uso. O poder de compra de bens que a posse do objeto transmite seria definido como o valor de troca.

Ao relacionarmos estes dois tipos de valores percebemos que os objetos que possuem grande valor de uso, geralmente, possuem pouco valor de troca, e vice-versa.

Definimos primeiramente estes dois valores para chegarmos no ponto desejado, nas forças de mercado que comandam o uso do solo urbano, e conseqüentemente na alocação de recursos na cidade. Assim fica mais claro entendermos o descaso das áreas periféricas da cidade, ficando estas excluídas dos bens de consumo necessários a sua reprodução.

Os conflitos no território, no sentido de alocação de recursos, começa já no instante em que estas formas são socialmente produzidas por agentes sociais concretos.

Os agentes produtores do sistema urbano irão atuar dentro do mercado de moradia de acordo com interesses distintos.

Os agentes produtores do espaço urbano podem ser definidos, de acordo com HARVEY (1980,pág.139) em: usuários de moradia, incorporadores, a indústria de construção de moradia, instituições financeiras e proprietários. A atuação destes agentes, em conjunto, consiste no mercado de moradia que se constitui no Parque São Pedro.

Os usuários de moradia estão representados pela população que está em busca de uma casa para morar, um lugar em que possam realizar suas necessidades diárias garantindo assim a sua reprodução. Isto quer dizer, um lugar onde desfrutem de uma infra-estrutura básica resumida em casa, água, iluminação, esgoto, segurança, áreas de lazer, educação, assistência médica, transporte e coleta de lixo. Portanto, estão mais interessadas no valor de uso dos objetos da cidade, do que do valor de troca.

Os incorporadores realizam a gestão do capital dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; é função da incorporação a definição da localização, do tamanho das unidades e a qualidade dos prédios a serem construídos, assim como a decisão de quem irá construir, a propaganda e a venda das unidades.

Houve, no Parque São Pedro, a participação de dois agentes incorporadores, a Katterra- Incorporação, Administração e Comércio Ltda, e a Costa Verde. Estes agentes, ao contrário dos usuários de moradia, estão interessados no valor de troca.

As instituições financeiras, portanto, têm um papel muito importante no mercado de moradia. A Caixa Econômica Federal, no caso, foi a instituição que possibilitou o financiamento das casas no Parque aos usuários de moradia.

" Fundamentalmente as instituições de financiamento estão interessadas em obter valores de troca por meio de financiamentos de oportunidades para aquisição de valores de uso. Mas as instituições de financiamento como um todo estão envolvidas em todos os aspectos do desenvolvimento do patrimônio real ( industrial, comercial, residencial, etc.), e elas, por isso conseguem alocar o solo para usos sob seu controle, através do financiamento" ( HARVEY, 1980, pág.141).

A indústria de construção de moradia é também um agente interessado no valor de troca, no caso do Parque São Pedro, faz parte e age junto à incorporadora, garantindo a ela o capital adquirido também com a venda de materiais de construção. A Costa Verde possui dentro do próprio Parque São Pedro um posto de materiais de construção.

Do até aqui exposto à respeito dos agentes que produzem a cidade pode-se perceber que seus interesses são distintos. O que resulta em conflitos dentro deste território. Pois se os responsáveis pelo empreendimento estão mais interessados em valores de troca, não estão de forma alguma proporcionando facilidades para esta parcela populacional, no momento em que não estão preocupadas com sua qualidade de vida, e sim em gerar cada vez mais lucros para seus investimentos.

Se estamos tratando de um loteamento voltado para as classes populares de baixa renda, nada mais justo do que as ações dos empreendedores tivessem em seus objetivos facilitar a compra e a construção de suas casas de acordo com suas disponibilidades de tempo e dinheiro. Assim como investir em áreas de lazer e arborização do local, melhorando sua paisagem e a qualidade de vida dos moradores.

Alguns moradores mais antigos relatam que no ano em que houve o loteamento o Parque não dispunha de quase nenhuma infra-estrutura. Sua

paisagem era diferente, as próprias pessoas começaram a moldá-la plantando árvores e construindo os muros que hoje separam as casas.

O descaso dos agentes incorporadores ficou bem visível e foi reclamado pelos moradores através das nossas entrevistas. A infra-estrutura é colocada na medida em que os terrenos são vendidos, segundo a incorporadora. O que se observou no local foi que as pessoas ao adquirirem terrenos teriam um prazo para abastecê-los de água e luz. No local foi constatado que os terrenos não são entregues no prazo certo e não é colocada a infra-estrutura prometida.

Esse modo como é produzido o espaço da cidade reproduz bem a nossa realidade. Atualmente os empreendedores estão mais interessados em obter o maior lucro possível, e não se preocupam com a qualidade dos espaços que produzem. É como se os usuários de moradias se encontrassem confrontados com uma realidade macroestrutural comandada por interesses privados diferentes daqueles que fazem parte do seu cotidiano, como o simples acesso à moradia e dos bens de consumo que necessitam para sua reprodução enquanto cidadãos urbanos.

A classe dominante cada vez mais comanda os territórios de acordo com seus interesses puramente econômicos, os excluídos são a cada dia mais deixados de lado por políticas quase monopolísticas.

" O fenômeno do monopólio de classe é muito importante para explicar a estrutura urbana, e por isso requer elucidação. Há uma classe de consumidores de moradia que não têm nenhuma fiança de crédito e que não tem escolha senão alugar onde possam. Uma classe de proprietários surge para prover as necessidades desses consumidores mas, desde que os consumidores não têm escolha, os proprietários, como as classes, têm poder de monopólio" (HARVEY, 1980,pág.146).



As pessoas, no comando das forças que regem o mercado, irão cada vez mais estar presas a estas situações, aqui está a importância da auto-organização, para que consigam fazer ouvir os seus direitos de cidadãos. E aproveitar a oportunidade de se encontrarem em número significativo no espaço, quando comparado aos que estão no poder. A força comunicacional, já comentada neste trabalho, deve estar sempre presente para que consigam de alguma forma os meios que precisam para sua sobrevivência.

Voltamos rapidamente as questões desenvolvidas por Harvey no início desta parte do trabalho, onde o autor argumenta a favor do alcance de uma forma equilibrada de alocação de recursos através de teorias normativas de distribuição espacial ou territorial, baseada em princípios de justiça social.

Esse alcance dependeria da consolidação do grupo através de uma boa estruturação em bases fortes e coesas, de onde surgem habilidades para lidar com os indivíduos e com o poder público.

Para atingir essa justiça social mencionada por Harvey, além da iniciativa das forças que comandam o uso do solo urbano, seria necessário os grupos demonstrarem uma homogeneidade de valores, mostrando a importância de bens públicos e privados atender um número maior possível de cidadãos, levando em consideração suas necessidades.

Tratamos de organizações sociais originadas no cotidiano, em nível microssocial. Podem ser dadas no território. Esse pensamento se encaixa com as ideias desenvolvidas nas teorias dos movimentos sociais em meados dos anos 80. Em lugar de mudanças revolucionárias, em nível macro, começou a se pensar em transformações culturais e políticas significativas dadas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos. São ideias também que se assemelham às de Harvey porque, na proposição do autor, os grupos de cidadãos devem estar unidos, o que se dá no âmbito do território local, mediante relações despertadas no cotidiano, resultando em mudanças na alocação de recursos destinados a cada território.

A teoria da alocação de recursos de Harvey, com destino prioritário às localidades menos abastecidas, dada mediante a estruturação do grupo, através de propostas coerentes seguindo uma ordem de essencialidade, objetiva o abastecimento das áreas mais carentes de equipamentos urbanos. Onde as ações coletivas são de fundamental importância, no sentido de manterem-se inseridos na sociedade.

## **7. O PARQUE SÃO PEDRO E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:**

### **7.1. AS QUESTÕES INFRA-ESTRUTURAIS E A PERCEPÇÃO DOS MORADORES**

Através de um trabalho prático, elaborado mediante a execução de entrevistas aos moradores do Parque São Pedro, obtivemos um maior conhecimento das características infra-estruturais do bairro. As entrevistas foram pré-elaboradas por parte do pesquisador. No campo, procuramos seguir a ordem estabelecida nos questionários, foram entrevistadas cerca de 30 pessoas, procuramos diversificar nossos entrevistados, no que trata de sua localização dentro do bairro, do fato de serem associados ou não na Associação de Bairro, homens e mulheres. ( ANEXO 1)

Em algumas entrevistas conseguimos seguir nossos questionários, mas a maior parte seguiu de forma informal, onde as pessoas relataram seus problemas e conversaram sobre o bairro, algumas entrevistas foram gravadas, com a finalidade de obter a cópia fiel dos dados. Tiveram algumas que se deram de forma tão natural, que a gravação ou a própria escrita quebraria essa naturalidade, optamos neste caso por um relatório das entrevistas, elaborado após o trabalho de campo, por parte do entrevistador.

Foi entrevistado o presidente da Associação dos moradores, uma entrevista específica, onde procuramos obter um histórico da Associação, como ela foi originada, como foram adquiridos os recursos que ela dispõe e a relação desse com os demais moradores do bairro. ( ANEXO 2)

Durante uma de nossas entrevistas com o presidente da Associação, perguntamos se essa mantém algum tipo de relação com outras Associações de bairro, a resposta obtida foi a seguinte:

*" Até existem essas reuniões, mas as associações são muito desunidas, cada uma faz o seu trabalho, independente da outra" ( Presidente da Associação).*

Isso mostra a inexistência de uma rede social, que aumentaria a qualidade e força das organizações locais.

Esse trabalho de entrevistas foi elaborado também nas incorporadoras e na prefeitura da cidade, essas tiveram outro enfoque. Procuramos investigar o que levou a incorporadora construir neste local da periferia, e como eles tratavam as questões referentes a infra-estrutura no bairro.

Na prefeitura, conversamos com algumas pessoas responsáveis pela parte de planejamento urbano e procuramos saber quais seriam as exigências feitas para a construção em locais como este, na época não urbanizado.

Nas entrevistas aos moradores foram considerados os seguintes aspectos, por serem considerados como prioritários à qualidade de vida urbana: segurança, transporte, habitação, calçamento, iluminação, saúde e educação. Esses serão analisados separadamente neste próximo momento:

## **1. Segurança:**

Durante nossas entrevistas constatamos a segurança como um dos problemas mais sérios considerados para a maior parte dos entrevistados.

O Parque São Pedro não dispõe de um posto policial. As atitudes dos moradores diante desse problema ainda não trouxeram uma solução, alguns moradores tentaram solucionar este problema dirigindo-se até as delegacias de polícia da cidade e prefeitura. Reivindicaram por policiais para trabalhar na vigilância do local, mas não tiveram resultados, devido a justificativa do número de policiais ser reduzido, não atendendo à demanda dos bairros periféricos.

Por alguns dias era providenciado um policial para trabalhar no bairro, mas logo já era colocado em outros locais caracterizados por serem mais violentos.

No que tange ao problema da segurança, a Associação de Moradores não tem poder para resolvê-lo. A solução por ela encontrada seria o pagamento de vigias particulares, o que dependeria de recursos dos próprios moradores, como estamos tratando de pessoas de baixa renda, muitos não têm condições financeiras para tal serviço.

O presidente da Associação chegou a negociar com a brigada, caso fosse contratado um policial para trabalhar no local, eles com seus próprios recursos construiriam um posto policial, mesmo com essa ação não foram atendidos.

Os moradores não se sentem tranquilos ao circularem pelas ruas do bairro, principalmente durante a noite. Conforme os depoimentos dos moradores:

*"Aqui a gente não tem segurança nenhuma, eu tenho medo, porque chego tarde e não tem nenhum policial, há casos de assaltos aqui e não são poucos. Têm muitos assaltantes que vem desse nosso bairro vizinho para assaltar aqui, ninguém faz nada para resolver nosso problema"* (Iolanda, mora no bairro há 10 anos).

*" Aqui nosso maior problema é a segurança, não tem policiais e ficar no ponto de ônibus durante a noite é pedir para ser assaltado, agente escuta falar de assaltos a toda hora, minha filha chega do colégio durante a noite e eu tenho que ficar esperando por ela no ponto de ônibus, não tenho tranquilidade"* ( Rudinei, mora no bairro há oito anos).

Nas nossas entrevistas não houve reclamações quanto a roubos de casas, o problema maior são realmente os assaltos, os moradores de condições um pouco melhores optaram por contratar vigias noturnos para cuidar as ruas próximas de suas casas, tentando amenizar este problema.

*" Aqui na rua a gente se uniu e contratou um guarda, mas ele cuida só as nossas ruas, a gente sabe que aqui tem muita gente que não pode pagar por este serviço, aí fica muito perigoso andar no bairro"* ( Rosa, mora no bairro há 4 anos).

Essas atitudes mostram um tipo de união por parte dos moradores, no sentido de resolver os seus problemas em comum, pode ser identificado neste caso a existência da coletividade. E também, na preocupação com outros moradores do Parque com menor condições há um sentimento de solidariedade, embora em nível pequeno pode ser considerado um tipo de trabalho coletivo.

A Associação de Moradores, quando faz eventos, como bailes para arrecadação de fundos, contrata segurança particular para trabalhar somente nestas noites.

A solução encontrada por alguns moradores não abrange todo o Parque, não resolvendo o problema da segurança, portanto muitas pessoas são obrigadas a conviverem com o medo, sem alternativas e para quem reivindicar.

## **2. Transporte:**

As condições do transporte foram consideradas satisfatórias pela maioria dos moradores do bairro. Houve algumas reclamações, mas esse não chega a se constituir um problema grave para a população do bairro como um todo.

A linha de ônibus que atende o local está em funcionamento até às 23:20 hs, um morador reclamou nas nossas entrevistas que esse horário é ruim, porque às vezes precisam voltar do centro depois desse horário e são obrigadas a pegar outras linhas que não entram no bairro.

Quanto a questão do transporte as reclamações ficam mais no interior do local, nenhum dos entrevistados que reclamou do problema considerado diz ter feito alguma coisa no sentido de resolver o problema.

Houveram reclamações a respeito do preço do transporte coletivo, esse não permite o deslocamento das pessoas toda vez que necessitam de algum serviço.

Conforme reclama o morador:

*" Eu mesmo estou desempregado, com o preço do ônibus não posso nem ir na cidade procurar emprego, vivo mais aqui na volta mesmo, faço bicos, qualquer coisa" (Paulo, mora no bairro há 3 anos).*

Portanto as reclamações quanto ao transporte são mais no sentido dos preços, o que não é um problema local, constitui-se num problema do alto custo de vida, diante da primazia pelo lucro.

### **3. Calçamento:**

O problema do calçamento foi considerado pela quase totalidade das pessoas entrevistadas. O calçamento foi considerado péssimo.

O bairro possui calçamento em muitas ruas, mas é de péssima qualidade. Nos pontos periféricos do bairro esse está ausente.

O calçamento é de responsabilidade das incorporadoras, segundo depoimentos de funcionários da prefeitura esta é uma das exigências para venda de lotes no local.

Fomos até a incorporadora para nos certificarmos de que ela própria é responsável por este tipo de infra-estrutura. Conforme diz o proprietário:

*" Nós assumimos a responsabilidade de abastecimento e manutenção do local conforme a lei, de água, luz e calçamento, num prazo de dois anos, disso depende a aprovação do nosso projeto" ( Silvério Signori, proprietário da Incorporadora Katerra)*

As reclamações são constantes no que trata deste problema, essas são feitas na prefeitura e nas incorporadoras.

As condições do calçamento são horríveis em épocas que chove muito, o que é comum na região, as ruas formam verdadeiras lagoas, deixando as pessoas presas em casa, ou na necessidade, andando por essas lagoas. O escoamento das águas nas ruas é muito ruim.

As pessoas reclamaram a demora da implantação deste calçamento, muitas esperaram anos para que ele fosse colocado, outros ainda lutam por isso.

Eles costumam reclamar na Prefeitura, mas essa os dirige para as incorporadoras, que alegam a falta de dinheiro, justificando a demora e a baixa qualidade do calçamento. Conforme os depoimentos:

*" Eu cheguei aqui e não tinha calçamento, aí reclamei na incorporadora, eles colocaram esse calçamento aí, isso é horrível, mas eles disseram que é o que eles podem fazer. A gente tem que aceitar, vai fazer o quê?" ( Paulo, mora há 3 anos no bairro).*

*" A gente compra um terreno achando que vai ser como prometido, tá ali no cartaz, terrenos com infra-estrutura, e chega aqui não tem calçamento, não adianta reclamar pra ninguém, eles só me atenderam e botaram o calçamento quando eu resolvi fechar a rua com galhos de árvores pra nenhum carro passar, isso depois de 6, 7 anos de reclamações" ( Elaine, mora no bairro há 8 anos).*

Durante nossas visitas na prefeitura fomos informado de que eles estão cientes da qualidade do calçamento, que difere do projeto inicial, mas mesmo assim eles continuam permitindo a venda de lotes:

*" A incorporadora entra com um processo aqui na prefeitura, alegando falta de condições na alocação do calçamento que foi prometido, e conseguem a liberação para construção com qualidade inferior, no Parque São Pedro é problemático, eles colocam calçamento somente nas ruas principais" ( Funcionário da Prefeitura).*



Com isso, a falta de fiscalização por parte da prefeitura e não cumprimento do que foi prometido pela incorporadora no ato da compra dos lotes, as pessoas sentem-se desprotegidas no que trata da obtenção dos seus direitos. Suas atitudes, raras vezes trazem a solução do problema.

#### **4. Saúde:**

O bairro possui um posto de saúde, funcionando junto ao prédio da Associação de moradores. Esse teve sua origem devido a iniciativa dos participantes da Associação, juntos construíram o prédio, que iria funcionar como posto e sede da Associação. Foram usados recursos próprios, a prefeitura estaria responsável pelo serviço de enfermagem, teria uma enfermeira que viria atender no bairro duas vezes por semana.

Durante as visitas feitas ao Posto, percebemos que esse serviço de enfermagem é precário, encontramos um técnico de enfermagem substituindo a enfermeira e, também outro dia que essa deveria estar lá, estava a secretaria dizendo que a enfermeira teve que atender outro local e não pode comparecer no bairro.

Os moradores associados tomaram a iniciativa de contratar um médico que atende uma vez por semana no posto de saúde, teria direito a esse serviço somente os adultos associados e as crianças não teriam restrição nenhuma, são atendidos por fichas.

Encontramos entre os entrevistados moradores que já participaram da Associação em função do posto de saúde mas, não ficaram satisfeitos com o atendimento, optando por não ser mais associado.

As pessoas associadas pagam uma mensalidade, de em média 5 reais, e podem utilizar o serviço médico. Mas um único médico não é o bastante para atender aos moradores associados. O que acontece é uma seleção dos que vão

ser atendidos mediante a distribuição de fichas para que se estabeleça uma ordem no atendimento.

Houve casos nas entrevistas de pessoas que se sentiam prejudicadas, pois não conseguiam pegar as fichas e acabavam não sendo atendidos. Vejamos o depoimento:

*" Eu antes participava, pagava a mensalidade, mas nunca conseguia ficha para ser atendida, chegava lá e todas já tinham sido distribuídas, eu penso até que eles já em as pessoas certas que vão fazer consulta. Então eu desisti. Esses cinco reais não valem a pena" ( Elaine , mora no bairro há oito anos).*

Esse depoimento reflete a falta de solidariedade por parte dos dirigentes da Associação, no momento em que há um privilégio para alguns, não dando igualdade de direitos a todos que tentam participar. Consequentemente as pessoas tornam-se descreditadas no trabalho do grupo.

Muitas pessoas reclamam a qualidade do serviço médico, e das condições do posto de saúde. No local percebemos realmente que a parte referente a materiais hospitalares é muito precária. Uma moradora nos falou:

*" O posto de saúde não tem condições nenhuma de atender agente, eu fiz uma cirurgia simples há um tempo atrás e precisava só trocar o curativo, cheguei lá e fiquei até com medo, porque parecia tudo abandonado e corria até o risco de uma infecção, aí eu fui obrigada a fazer no centro" ( Rosa, mora no bairro há 7 anos).*

## **5. Educação:**

O Parque dispõe de uma escola municipal de primeiro grau completo. As

pessoas entrevistadas que têm filhos estudando nessa não vêem nenhum problema. O que constatamos foi a falta de vagas na escola para a população do bairro. Conforme os depoimentos:

*" A escola é boa, não tenho nada a falar, não há problema de falta de aulas. O único problema que teve há um tempo atrás foi a entrada das aulas que era por um lugar que sempre alagava, aí eu conversei com algumas mães que também têm filhos estudando lá e fomos falar com a diretora, ela mudou a entrada das crianças para o outro lado" ( Leila, mora no bairro há 10 anos).*

Essa atitude tomada por parte dessas mães também é uma demonstração de trabalho coletivo.

*" Eu tentei colocar o meu filho na escola daqui, mas fui falar com a diretora da escola e já não tinha mais vagas, aí fica difícil, porque as crianças têm que ficar pegando ônibus todo o dia, agente fica um pouco preocupada" ( Arlete, mora no bairro há 8 anos).*

Mesmo com algumas pessoas reclamando da falta de vagas, percebemos que esse não chega a tornar-se um problema maior para a população do bairro.

## 6. Lazer:

Quanto as áreas de lazer, o Parque dispõe de uma praça, que segundo o depoimento das pessoas entrevistada, é bem cuidada e administrada por parte da prefeitura da cidade. A praça é fechada a noite para maior segurança e manutenção.

## 7. Iluminação:

Os moradores não reclamaram a respeito da iluminação, segundo a maioria dos entrevistados esse não pode ser considerado um problema:

“ Às vezes queima uma lâmpada e outra, mas a substituição é rápida é só avisar na prefeitura e eles vêm trocar, isso não é problema” ( Carlos, mora no bairro há 4 anos).

Percebemos, no comportamento dos moradores, a falta de identidade com o local, isso se deve ao fato de muitos terem se dirigido para o local mais por motivos de necessidade do que livre escolha, conforme nos relataram:

*“ Eu vim morar aqui porque não podia mais pagar o aluguel no centro, senão tinha ficado lá, aqui é muito longe de tudo, as coisas são mais caras, e a gente acaba perdendo tempo indo até o centro”* ( Carlos, mora no bairro há 6 anos).

*" Se eu pudesse escolher continuava morando onde eu morava, lá eu já conhecia todo mundo, aqui é fácil de conhecer as pessoas, mas é diferente, a gente fica meio afastado das coisas" ( Joselaine, mora no bairro há 8 anos).*

Alguns moradores mais antigos já demonstram essa relação de identidade com o local, como podemos perceber:

*" Eu já estou acostumado com esse lugar, vim morar aqui desde que não tinham muitas casas, a gente sente que o lugar foi mudando com a nossa ajuda, a gente que foi plantando estas árvores aí, os muros que separam as casas, a gente que construiu, antes eles não existiam, agente se sente bem com isso" (Carlos, mora há 12 anos no bairro).*

## 7.2. RETOMANDO CONCEITOS FACE AO OBSERVADO:

Percebemos, através desse estudo de caso, a situação em que encontramos alguns locais da periferia. Caracterizada pela ausência de uma infraestrutura básica adequada que possibilite a qualidade de vida destas pessoas.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município, os equipamentos de infra-estrutura são considerados os serviços de abastecimento de água, coleta e disposição de esgotamento sanitário, coleta e circulação de águas pluviais, coleta e disposição de resíduos sólidos e limpeza urbana, abertura e pavimentação e conservação das vias, suprimento de energia elétrica, de iluminação pública, telefone e correios, produção e distribuição de gás combustível canalizado.

Seria de responsabilidade exclusiva do loteador a instalação de redes de equipamentos para o abastecimento de água potável, de redes de energia elétrica e iluminação, de redes de drenagem pluvial e esgotamento sanitário a execução das obras de abertura e pavimentação das vias de circulação, colocação de meio-fio e sarjeta bem como a execução das pontas e dos muros de arrimo necessários.

A implantação destes equipamentos urbanos estaria sob controle da Prefeitura Municipal, caso o loteador não cumprisse as exigências feitas no contrato estaria sujeito a multas e ao cancelamento das vendas de novos lotes. Na realidade o que observamos, é que mesmo com o não cumprimento das suas metas, os lotes continuam sendo vendidos.

O problema da qualidade do calçamento, segundo a Prefeitura, se deu por motivos de falta de verbas por parte do loteador, este tinha o compromisso de implantar um tipo de calçamento de qualidade superior, mas entrou com recurso para colocar um inferior, por ser mais barato.

Os moradores ficam insatisfeitos, e sentem-se enganados, porque este calçamento de qualidade inferior traz muitos problemas para o bairro.

Os moradores residentes no parque São Pedro, como percebemos, enfrentam problemas, estes surgem do modo como estão distribuídos os recursos da sociedade.

Muitos serviços e atividades são somente oferecidos no centro da cidade, assim aqueles moradores da periferia de menor poder aquisitivo ficam excluídos desses.

O problema da distância periferia-centro encontrado pelos moradores do Parque, pode não ser considerado um problema para as camadas sociais mais elevadas. Sendo, às vezes, até uma solução.

Na maioria das vezes os moradores de baixa renda se dirigem para a periferia por ser esta uma das poucas alternativas de moradia, já os de renda mais alta estão em busca de um lugar mais tranquilo para viver, longe da agitação e do barulho que representa a vida no centro da cidade. Já que para estes essa distância passa a ser insignificante.

A distância ao centro é relativa, podendo ser reduzida conforme os meios que os moradores dispõe para percorrê-la.

Os moradores da periferia de renda mais elevada não sentem essa distância como um obstáculo, apesar de em kilometragem ela ser a mesma. Esses moradores dispõe de automóveis e têm acesso fácil às atividades oferecidas no centro.

Os recursos que necessitam a população, geralmente são encontrados no centro, assim os moradores periféricos ficam sujeitos a pagar um maior preço por estes serviços.

Quando ocorre a manutenção de um lugar da periferia de algum tipo de serviço, este raramente vem atender aos moradores de menor renda. Foi o que mostrou a presença do supermercado voltado aos moradores de maior renda nas proximidades do local, seus produtos são mais sofisticados e caros.

Diante do conhecimento dos problemas enfrentados pelos moradores do Parque São Pedro e, das suas atitudes identificamos a presença, mesmo que

pontual, das categorias importantes para uma prática coletiva. E onde elas estiveram ausentes, também procuramos evidenciar que essa ausência impede o avanço do trabalho do grupo. Estes conceitos podem ser resumidos em: rede social, ação dos moradores, solidariedade, relação social, coletividade e identidade.

A rede social é uma idéia desenvolvida por Junqueira, representa a articulação dos territórios locais, face ao Estado e a outras instituições determinantes na produção do espaço urbano. Resultando em uma maior participação política, frente a distribuição de recursos.

No caso estudado, como já foi dito, não existe essa articulação. As pessoas que dirigem a Associação não mostraram interesse em conhecer outras formas como vêm trabalhando outras associações de bairros em Rio Grande, fazem seu trabalho de forma isolada.

O conceito de ação estudado no trabalho é uma representação do comportamento das pessoas frente aos problemas enfrentados. Foram identificadas na nossa prática algumas ações importantes para a organização social, mas essas encontram-se isoladas e são de caráter individualista. As ações não chegam a se constituir, na maioria das vezes, em ação social. Não trazendo mudanças qualitativas para o local.

A solidariedade é uma demonstração do sentimento de pertencer ao mesmo grupo, encontramos esta em alguns momentos da pesquisa, mas não é o suficiente para uma organização local.

Milton Santos afirma que a solidariedade encontrada nos meios populares é uma forma de produção que subsiste nas cidades, devendo ser mais valorizadas no atual contexto em que vivemos.

Relação social é um conceito considerado fundamental para o trabalho do grupo. Esse depende da existência dessas relações para demonstração de uma reciprocidade de objetivos e atitudes. A relação social é definida justamente por essa reciprocidade por parte dos agentes, não encontrada na nossa prática de estudo. Dependeria, a relação social, da existência de ações sociais.



Coletividade é um conceito importante porque estamos tratando não dos indivíduos isolados, seria o sentimento de pertencer a um grupo e admitir as decisões tomadas de forma coletiva e não individual. A organização local é um trabalho de uma pluralidade de agentes.

A identidade se constitui importante conceito para este tipo de trabalho, esse sentimento de pertencer e se sentir pertencente do local, cria as relações de identidade com o meio e grupo, possibilitando a articulação destas pessoas no interior do território. Foram poucos os que demonstraram uma identidade com o lugar, o motivo vem do fato de estarem residindo ali pela falta de condições financeiras para permanecerem no centro.

O percebido foi que a Associação de Moradores do Parque São Pedro não representa uma organização social, um dos motivos vem da individualidade das ações de cada ator, que acaba por não trazer mudanças significativas do local em favor de melhorias de equipamentos coletivos e no próprio comportamento dos moradores do bairro.

Outro fato que nos leva a pensar a Associação como fora da categoria de organizações sociais, é a inexistência de uma rede social articulada que fortalecesse este grupo. No sentido de aumentar sua força política frente as instâncias governamentais em nível local. Por exemplo, existem na cidade do Rio Grande outras Associações de Moradores de Bairro trabalhando em função de uma melhor qualidade de vida urbana, e o comportamento dos atores que agem na Associação do Parque São Pedro é alheio a este trabalho. O conhecimento de como outras associações trabalham e quais são os seus resultados seria uma forma de, talvez, descobrir caminhos mais eficazes de aumento de participação junto ao Estado.

Fomos, no decorrer do trabalho, reconstruindo o conceito do que pensamos ser uma organização local, essa é uma construção social de caráter complexo e depende da coexistência de uma série de variáveis, que fomos tentando mostrar na nossa práxis. Depende de uma mudança no comportamento e na consciência das pessoas envolvidas, isso é um processo muito lento.

Nas palavras do geógrafo Milton Santos, essa consciência poderia ser despertada pelo conhecimento de uma situação de exclusão, despertando nos indivíduos ações que resultassem em mudanças no cotidiano e assim, através das relações de horizontalidade no território, descobrir novas formas de manterem-se inseridos na sociedade.

Dentro da realidade, exemplificando nossa prática de estudo, a consciência de exclusão é muito vaga, as pessoas sentem-se excluídas, mas ao mesmo tempo aceitam esta condição de forma ainda passiva, sem muito fazer para mudar.

As ações dos indivíduos, não visam uma mudança dessa situação, são ações, como já dissemos, individualistas e que trazem mudanças imediatistas no território, amenizando mas não resolvendo de forma significativa parte de seus problemas.

O exemplo que pode ser citado é o caso do Posto Médico, o fato desse existir no bairro não significa a solução, mesmo que seja dos problemas mais comuns de saúde do local. Existiram ações importantes para a obtenção deste Posto, sem dúvidas, essas foram importantes para os atores envolvidos, mas pensamos que a aceitação das pessoas diante da precariedade de condições de estrutura e de profissionais capazes, ser um limite para uma verdadeira organização local.

Dentro daquilo que pudemos perceber ser uma organização social está a continuidade das ações, até que consigam condições decentes dos equipamentos reivindicados, é um trabalho de pressão, contínuo. Representa uma luta diária de cada cidadão envolvido, em busca de seus direitos.

A demonstração da consciência de exigir qualidade naquilo que estão exigindo, também fortalece uma organização social. A busca da consciência é um processo difícil, o despertar para esta realidade requer o conhecimento político. A sociedade civil, hoje, encontra-se absorvida por uma série de símbolos e imagens, manipulada e levada a um comportamento único, acabando por não exigir os seus direitos enquanto cidadãos urbanos.

O ideal pensado seria que os moradores excluídos se unissem e enfrentassem juntos os problemas, usando essa força comunicacional que fala Milton Santos. Disso dependeria a existência de uma série de variáveis, que foram encontradas no local, mas muitas vezes não operam de maneira a vir a ser uma solução para alguns problemas enfrentados por esta parcela populacional.

Por exemplo, na proposta de José Luis Coraggio, a economia popular, é formada por unidades comunitárias, através da auto-iniciativa das comunidades, associada com a gestão dos governos locais, gerando formas alternativas de satisfação de algumas de suas necessidades básicas.

Em alguns momentos de nossa pesquisa percebemos atitudes semelhantes. A forma como se deu a construção do prédio da Associação de Moradores, se deu mediante a ações de moradores associadas ao governo local. Esses moradores mostraram a existência de relações sociais no momento em que as atitudes mostraram um comportamento recíproco referido a um sentido e um objetivo em comum.

Essas atitudes podem, muitas vezes, demonstrar uma solidariedade existente no grupo e são geradas no cotidiano. Mas a existência de uma relação social não significa estar essas baseadas na solidariedade.

A solidariedade tem que ser construída, no interior nessas unidades comunitárias, mas às vezes não aparece. A solidariedade surge através das experiências compartilhadas no dia-a-dia, é fruto do trabalho coletivo.

Assim como as relações sociais podem trazer, através da solidariedade, a satisfação de algumas necessidades elementares, podem também resultar em ações que venham a beneficiar um pequeno grupo, preso na individualidade.

O que percebemos no Parque São Pedro se parece com esta última alternativa, o posto médico originado de relações comunitárias hoje beneficia um grupo muito pequeno de moradores e não faz questão de se estender aos demais moradores.

Em alguns momentos ocorreram ações baseadas na solidariedade, como pudemos perceber na atitude de um morador, desempregado, que por vontade própria e sem cobrar nada cuida das crianças de uma vizinha. São pequenas

atitudes, mas que são de uma validade importante para o local, já que não dispõem, de uma creche para as crianças. São ações singulares a estes territórios. E, muitas vezes, os próprios praticantes das ações não percebem a sua validade.

Um exemplo é a presença de estabelecimentos comerciais de venda de mercadorias onde os preços são bem mais elevados. Isso mostra também o modo capitalista do comportamento, eles não pensam numa forma cooperativa de distribuição de alimentos no sentido de baixar o custo dos produtos, unindo-se enquanto cidadãos pertencentes a mesma classe. Exploram e são explorados por uma mesma classe social.

A atitude que esperaríamos de uma verdadeira organização social, mostrando solidariedade e uma tentativa de se tornarem alternativos ao mercado, que visa somente o lucro, seria essa união horizontal no sentido de se tornarem alternativos a esse mercado.

Essa união horizontal, gerada a partir das ações localmente construídas, daria força política ao local, tornando-o uma base de vida ampliando a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo.

Se as pessoas mostrassem esse comportamento estariam também mostrando sua consciência de classe, e a contrariedade face ao sistema que caracteriza a nossa sociedade.

Os moradores do Parque através de suas ações tentam se inserir nesta lógica, eles querem ter acesso as coisas que são oferecidas no centro, mas suas atitudes não são pensadas no sentido de mudar a lógica como estão distribuídos os recursos, a lógica da justiça social pensada por David Harvey.

Essa parcela populacional não é vista como um ator de mudança da sociedade, são moldados e iludidos que o fato de conseguirem adquirir uma casa própria na periferia da cidade já os faz incluídos no sistema de produção.

As ações dessas camadas populacionais não buscam uma maior participação política, a qual lhes forneçam uma igualdade de direitos enquanto cidadãos urbanos. Suas ações são mais de caráter assistencialista e não transformadora.

Essa foi a postura que percebemos vinda da Associação de moradores do bairro, no momento em que aceitam sem questionar medidas imediatistas, como por exemplo, um técnico de enfermagem em seu posto médico em condições precárias, mesmo que esse não resolva os problemas de saúde do local. São atitudes que dificilmente irão resolver os seus problemas de saúde.

Percebemos que a Associação de Moradores não tem uma preocupação com a qualidade de vida do local como um todo, as pessoas que desenvolvem algum tipo de atividade são somente os moradores mais antigos que estão localizados na parte central do Parque, não estão preocupados com os novos moradores que enfrentam problemas, para eles já resolvidos como o calçamento das ruas e a inclusão deles nos serviços oferecidos na Associação.

Os novos moradores são até excluídos das atividades desenvolvidas pelas pessoas que dirigem a Associação.

Têm acesso as fichas para consulta médica somente aqueles moradores que já conhecem as pessoas que dirigem a Associação, pois são poucas as consultas e eles atendem quem já conhecem. Não existe uma preocupação de aumentar o número de fichas, já que a população do bairro está crescendo.

Todos os fatores positivos considerados por moradores do local, vieram de soluções externas a Associações de moradores, como é o caso da Escola e da Praça existentes no local. Problemas resolvidos diretamente com a prefeitura da cidade ou através de vereadores interessados em votos.

Contudo, não descartamos a validade de uma proposta local, seria preciso um pouco mais de esclarecimento por parte dos cidadãos e um interesse dos governantes em auxiliar este tipo de trabalho, já que na atualidade não nos restam muitas alternativas, senão a união horizontal destas pessoas localizadas à margem do que é oferecido para uma qualidade de vida decente.

A importância da valorização das pequenas ações que se dão nestes locais é um fato importante. Nos grandes centros esta solidariedade encontrada raramente está presente, cada indivíduo está preocupado com si próprio, as relações de vizinhança não aparecem, o vizinho, na maioria das vezes é um

estranho. Devido a essa peculiaridade do local é importante essa valorização das relações locais.

Um fato importante que gostaríamos de abordar, é que a maioria das pessoas se mostram satisfeitas por poder terem adquirido uma casa própria, mesmo que seja na periferia e longe dos equipamentos urbanos básicos. Este tipo de organização espacial da cidade, é produto do próprio capital. Os centros urbanos estão supervalorizados, as pessoas passam a não ter mais acesso as coisas e não questionam o fato. Essas são expulsadas para a periferia, onde estão abandonados pelo poder público e pela iniciativa privada responsável, muitas vezes, pela produção destes espaços. Neste caso, restam as suas iniciativas e ações em favor de si próprios.

O fato é, que o papel destas organizações locais, nesta fase histórica, pode vir a ser um meio de produzir uma lógica própria para cada lugar, indispensáveis no momento em que não fazem parte de uma racionalidade hegemônica. Estes locais periféricos são espaços de exclusão e concentram uma força comunicacional esquecida e não valorizada, que se bem utilizada pode resultar em alternativa para as pessoas que os produzem adquirir uma maior qualidade de vida.

Pensamos serem novas formas de ação, e de reconstrução dos territórios, onde os agentes transformadores são os próprios cidadãos. O estudo destas organizações locais pode resultar num novo caminho para o futuro das parcelas populacionais que formam o espaço da cidade.

No nosso modo de pensar, a organização local depende de habilidades que devem ser aprendidas, e achamos possível acontecer, no momento em que as pessoas começam a viver esse ambiente e percebem-se integrantes do meio, os indivíduos tornar-se-ão mais habilitados na arte de lidar com seu próprio território, na medida em que esse vai impondo-se a eles. É um trabalho um pouco lento, mas se bem elaborado pode trazer resultados satisfatórios para o grupo, conseguindo se fortalecer em bases fortes e adquirir força política e poder de pressão, para a tentativa de participar dos processos político, resultando numa transferência de renda que os favoreçam.

O problema é trabalhar a prática não nos prendendo, apenas em teorias sobre a cidade, para isso consideramos importante estes tipos de pesquisa afim de desenvolvermos metodologias e conhecermos as prática já existentes, para que a auto-organização realmente se torne uma proposta viável.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Trabalhamos ao longo da pesquisa com a idéia de organização da sociedade civil, abordando categorias consideradas importantes para que essa traga mudanças qualitativas no território, em busca de uma melhor qualidade de vida.

Ao estudarmos a Associação de Moradores do Parque São Pedro, na cidade do Rio Grande, pudemos conhecer um pouco as dificuldades encontradas durante este tipo de trabalho coletivo, que muitas vezes impedem a origem de relações sociais num dado território.

Embasados em nossos estudos teóricos percebemos a importância dessas relações sociais para a realização do trabalho do grupo, já que somente através dessas é que chegaríamos a uma reciprocidade de comportamento e de objetivos a serem alcançados.

A forma como esta parcela da sociedade está organizada mostra a dificuldade de trabalharmos o coletivo. As pessoas, de modo geral, voltam suas ações com um caráter ainda muito individualizado. As causas vêm da descrença nas suas próprias atitudes, e também pelo descaso mostrado pelas instâncias municipais e agentes privados que constituem o espaço urbano.

Os moradores se consideram abandonados frente as políticas que comandam a distribuição de recursos na cidade. Pensamos estar neste fato a oportunidade de descobrirem a sua situação, e fazer algo visando mudanças qualitativas em cada território.

Dentro do local estudado os resultados alcançados pela Associação de Moradores não trazem essas mudanças. Poucas pessoas, através de suas ações, conseguiram algum tipo de melhoria. Esse também é um fato importante a ser



considerado, no momento em que visamos uma reprodução dessas ações, para que se constituam em relações sociais, fundamentais para a organização local.

Os próprios moradores devem dar mais importância a estas pequenas atitudes, que hoje mudam muito pouco o seu local, mas que se reproduzidas em maior frequência poderão resultar em melhorias muito significativas para a qualidade de vida.

Ao término deste trabalho, percebemos a organização local uma das poucas alternativas frente ao contexto vivido, onde os interesses se voltam para questões mais externas a estes territórios. A descoberta desta alternativa por parte destas parcelas populacionais pode se constituir em uma nova forma de reprodução da cidade, baseadas na solidariedade e na união horizontal.

Estas novas formas que estão sendo criadas nos meios populares devem se tornar mais objeto de estudo, para que possamos entendê-las melhor e sabermos se realmente existe esta possibilidade de produção da cidade. Essas dependeriam do despertar da própria consciência dos indivíduos, assim como de uma valorização dessas, por parte do Estado e agentes produtores do espaço da cidade.

O fato de não encontrarmos, no Parque São Pedro, uma organização local, não significa ser esta uma alternativa sem representação. Um dos motivos que nos faz pensar deste modo é a existência de pequenas atitudes que podem ser encontradas em outros locais, em maior intensidade, trazendo mudanças para o local. Numa sociedade, dita como globalizada, é importante a valorização destes espaços locais, são espaços de reprodução humana que devem ser melhor interpretados visando o aumento da qualidade de vida das pessoas que o constituem.

**MAPA 1**

**LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE**

**MAPA 2**

**LOCALIZAÇÃO DO PARQUE SÃO PEDRO**

**FOTO 1**

**FOTO 2**

**FOTO 3**

**FOTO 4**

**ANEXO 1****ENTREVISTAS AOS MORADORES DO PARQUE:**

1.Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Quantas pessoas residem na casa: \_\_\_\_\_

2. Quais os maiores problemas que a população do Parque enfrenta quanto à infra-estrutura?

3. Existe algum problema que você considera que tenha sido resolvido no Parque?

4. Através de quem e de que meios este foi solucionado?

5. Há quanto tempo você mora no Parque, e por que veio morara aqui?

6. Você percebeu alguma mudança no local (positiva e/ou negativa)?

7. Você participa da Associação de Moradores? Porquê?

8. Você sabe como a associação está organizada e o que ela vem fazendo para melhoria do Parque?

9. Você acha que uma Associação de bairro pode representar uma alternativa para solucionar alguns problemas no bairro relacionados a qualidade de vida na cidade e outros serviços básicos, como saúde, educação, lazer...?

10. Que tipo de infra-estrutura, na sua opinião, você acha de fundamental importância no Parque para uma boa qualidade de vida?

11. Se você participa da Associação, em que medidas esta trouxe mudanças pessoais para si próprio, para a sua família e para a comunidade local?

## ANEXO 2

### **Questionário exploratório realizado no Parque São Pedro, ao presidente da Associação Amigos do Parque Residencial São Pedro Centro Comunitário Fernando Corrêa Duarte**

1. Como se deu a criação da Associação? Falar um pouco da história.
2. Como a associação está organizada? (presidente, vice, participantes)
3. Objetivo da Associação.
4. Desde sua criação houve alguma melhoria no Parque que teve alguma relação com a Associação?
5. Se não tem relação com a Associação, tem a ver com quem?
6. A associação tem envolvimento com que órgãos? Como este se dá? Canais de acesso a órgãos públicos, quem faz esse contato?
7. Tipos de atividades desenvolvidas pela Associação.
8. Forma de divulgação destas atividades.
9. Grau de participação dos moradores. (Total de moradores do Parque).
10. Ao chegarem novos moradores, de que forma a Associação faz para integrá-los?
11. Principais problemas e prioridades da Associação. Como eles são determinados?
12. Como é a relação com os integrantes? Como são resolvidas as divergências?
13. Em que medida o envolvimento dos participantes trouxe mudanças pessoais para si próprios ou para sua família?
14. Você como presidente da Associação considera esta um meio para solucionar os problemas do bairro? Quais são as suas maiores dificuldades?
15. Análise da Associação:

Reunião de todas as Associações de bairros da cidade? O que é discutido?

Objetivos?